

**O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - ASPECTOS OBJETIVOS E
SUBJETIVOS DO “PROJETO CAPRICHANDO A MORADA” EM MUNICÍPIOS DO
PARANÁ, BRASIL**

JANDIR RODRIGUES

Foz do Iguaçu
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR**

**O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - ASPECTOS OBJETIVOS E
SUBJETIVOS DO “PROJETO CAPRICHANDO A MORADA” EM MUNICÍPIOS DO
PARANÁ, BRASIL**

JANDIR RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora: Prof^a. Dra. Silvia Aparecida Zimmermann

Foz do Iguaçu
2021

JANDIR RODRIGUES

**O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - ASPECTOS OBJETIVOS E
SUBJETIVOS DO “PROJETO CAPRICHANDO A MORADA” EM MUNICÍPIOS DO
PARANÁ, BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto Latino-Americano de Economia,
Sociedade e Política da Universidade Federal
da Integração Latino-Americana, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dra. Sílvia Aparecida Zimmermann
UNILA

Prof^a. Dra. Heloisa Marques Gimenez
UNILA

Prof. Dr. Dirceu Basso
UNILA

Foz do Iguaçu, 29 de Outubro de 2021.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor (a): Jandir Rodrigues

Curso: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

Tipo de Documento	
(x) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	() monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais

Título do trabalho acadêmico: **O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO “PROJETO CAPRICHANDO A MORADA” EM MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL**

Nome do orientador (a): Professora Dra. Silvia Aparecida Zimmermann

Data da Defesa: 29/10/2021

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor (a):

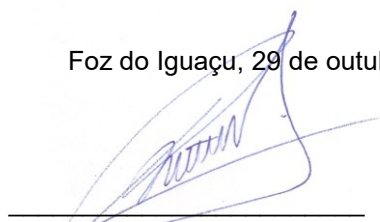
a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 29 de outubro de 2021.


Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho à minha esposa,
às minhas filhas e a Maria Luiza Alves
de Carvalho (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a toda a minha família, mãe e pai (Angelina e Pedro), irmãs (Luciana, Daiana e Luana), e irmãos (Enir, Jair, Claudir, Lair e Jacir).

Agradeço de forma muito especial as que partilham o cotidiano da vida comigo, minha esposa Sandra, pelo companheirismo, apoio incondicional, pela leitura atenciosa e correções do texto, por trilhar juntos os caminhos da vida na construção de nossos projetos de vida e família.

Às filhas Assucena e Amarilis, por compreenderem a importância e se dedicarem desde cedo aos estudos, por serem a razão de tudo na minha vida.

Também agradeço, o apoio incondicional de minha sogra a dona Nilda, do sogro seu Ivo, aos meus cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas.

Agradeço a UNILA, pelos recursos disponibilizados para pesquisa de campo, por meio do edital PROGRAD nº 119/2019, no qual fui contemplado.

À professora e orientadora Dr^a: Silvia Aparecida Zimmermann, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo, pela amizade construída durante o percurso da graduação.

Aos professores da banca agradeço pelas orientações e disponibilidades de seus tempos para construirmos um bom diálogo.

Aos demais professores do curso agradeço pelas aulas e debates e poder compartilhar diálogos de saberes.

À professora Dr^a: Heloisa Marques Gimenez, Coordenadora do PET Programa Educação Tutorial - PET/Conexões de Saberes - Literatura e Cultura como espaços de integração da Universidade no projeto latino-americano, onde participei como bolsista, gratidão aos colegas que estavam, aos que chegaram comigo e os outros que foram sendo agregado no processo, onde fizemos boa troca de experiências e construímos laços de amizades.

Aos colegas do curso Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e demais cursos dentro ILAESP, onde trocamos muitas experiências e vivenciamos desafios, gratidão a cada um (a).

Agradeço ao colega Ruan Leonardo pela tradução do resumo do TCC nas línguas, Espanhol e Inglês.

Agradeço à Colega Andreia Sotto, pela tradução do resumo do TCC na língua

Guarani.

Agradeço ao amigo e camarada Luciano D' Miguel, pela revisão final do trabalho, gratidão.

Aos movimentos sociais do campo, que ousam lutar por dignidade e vida no campo, em especial a categoria da agricultura familiar, agradeço aos (as) diretores (as) da ASSINTRAF, beneficiários (as) do PNHR no "Projeto Caprichando a Morada" nos três municípios da pesquisa e aos gestores, pela acolhida em suas residências e pelo tempo disponibilizado para as entrevistas.

Não poderia deixar de agradecer ao tio (a) / avô (ó) o seu Edgar e Eloides, que tanto nos auxiliaram na chegada em Foz, especialmente na vila "C".

Da mesma forma, não poderia deixar de citar seu Jairo e dona Maria da Glória e o filho Milton pelas prosas, entre ajudas e pelos sons de gaita e violão que nos faziam viajar no tempo e amenizar as angústias vividas.

Como não falar do Paulinho do cavaquinho, pelos sambas dedilhados e por ser a primeira amizade iniciada como capivara.

Não irei nomear a todos (as) os (as) colegas e as amizades construídas em Foz do Iguaçu e no latifúndio do saber, que é a Universidade, pois eu correria o risco de esquecer alguém. Minha gratidão a cada um (a).

HÁ UMA CASA EM CONSTRUÇÃO

Essa casa não é só de tijolo e concreto, é de sonho,

de esperança, de um processo a realização;

Há uma casa em construção!

Essa casa é de vida, de produção, de família, de cooperação.

Desde a decisão tomada, da documentação enviada,

do caminho percorrido, até assinar a contratação;

Há uma casa em construção!

Á partir de agora, na massa e no tijolo já se pode pôr a mão,

pra levantar cada parede da casa, da casa, já em construção;

Há uma casa em construção!

Essa casa não cai do céu e nem brota do chão.

Essa casa é fruto de muita luta e organização, da classe trabalhadora,

que tomou a decisão, de caprichar a morada e fecundar nosso chão,

Com sementes de vida, sementes de transformação!

Sandra Marli da Rocha Rodrigues, 2011.

‘

RODRIGUES, Jandir. **O Programa Nacional de Habitação Rural - Aspectos Objetivos e Subjetivos do “Projeto Caprichando a Morada” em Municípios do Paraná, Brasil**. 2021. Número de páginas 84, Trabalho de Conclusão do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 29 de outubro de 2021.

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso aborda um tema que permeia minha experiência de vida enquanto sujeito social, integrante de um coletivo organizado da classe trabalhadora, compreendendo a categoria da agricultura familiar. Fiz parte de um processo organizativo para a construção de habitações rurais entre 2005 e 2016 e acessei o Programa Nacional de Habitação Rural. Este programa surge de uma demanda das organizações da agricultura familiar, que estavam empenhadas desde a década de 1980 na busca por condições dignas de moradia e de vida no campo. Diante disto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar os aspectos objetivos e subjetivos entre os beneficiários (as) do Programa em relação às políticas de Habitação Rural. E, como objetivos específicos, compreender como se materializaram as políticas de habitação no meio rural; sistematizar as avaliações em relação ao acesso à política de habitação rural; perceber os aspectos objetivos e subjetivos dos/as beneficiários/as pós-acesso da política habitacional. A metodologia adotada foi a história oral e a observação participante, com roteiro de questões semiestruturadas. O referencial teórico aborda o ciclo das políticas públicas, com recorte para a política de habitação rural. O documento traz uma breve contextualização da região sudoeste do Estado do Paraná e descrição dos municípios da pesquisa (Barracão, Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul), os quais têm como base econômica a agricultura familiar, sendo assim, a política de habitação rural é de fundamental importância para o desenvolvimento local e regional. O documento apresenta os atores envolvidos com a política pública, traz referências sobre política pública para a agricultura familiar, apresenta os resultados alcançados, na experiência concreta e os desafios para a habitação rural. Busca apresentar as “vozes” dos sujeitos do processo, que falam sobre a habitação rural e a auto estima, descrevendo questões subjetivas da política pública. Através das entrevistas realizadas no trabalho de campo, a pesquisa comprova que a política pública pode trazer dignidade e contribuir de forma objetiva para a permanência dos jovens no campo, possibilitando a sucessão familiar e enfrentando o envelhecimento no campo. Entre as dificuldades objetivas encontradas pelos beneficiários é citada a falta de documentação pessoal e de posse da terra.

Palavras-chave: Habitação Rural. Aspectos Subjetivos. Agricultura Familiar. Avaliação. Política Pública.

RODRIGUES, Jandir. **El Programa Nacional de Vivienda Rural- Aspectos objetivos y subjetivos del “Projeto Caprichando a Morada” en las ciudades de Paraná, Brasil.** 84. Trabajo de Fin de Grado de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria- Universidad Federal de la Integración Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 29 de octubre de 2021.

RESUMEN

Este trabajo de fin de grado analiza los aspectos objetivos y subjetivos del Programa Nacional de Vivienda Rural con los beneficiarios del proyecto mejorando sus viviendas en tres municipios del suroeste de Paraná. La metodología adoptada es de historia oral y observación participante, con un guión de preguntas semiestructuradas. Su meta general es analizar los aspectos objetivos y subjetivos entre los beneficiarios del Programa en relación a las políticas de Vivienda Rural. Como metas específicas: comprender cómo se materializaron las políticas de vivienda en las zonas rurales; sistematizar evaluaciones en relación al acceso a la política de vivienda rural; Comprender los aspectos objetivos y subjetivos de los beneficiarios después del acceso de la política de vivienda. Aborda el ciclo de las políticas públicas, con un enfoque en la política de vivienda rural. Aporta una breve contextualización de la región y descripción de los municipios de investigación, que tienen la agricultura familiar como base económica, por lo que la política de vivienda rural es de fundamental importancia para el desarrollo local y regional. Describe los actores involucrados en las políticas públicas. Este trabajo contiene referencias sobre políticas públicas para la agricultura familiar. Presenta los resultados alcanzados, la experiencia concreta y los desafíos para la vivienda rural. Presenta las voces de los sujetos del proceso. La disertación sobre autoestima, demuestra a través de entrevistas que las políticas públicas pueden traer dignidad y contribuir a la permanencia de los jóvenes en el campo, posibilitando la sucesión familiar y afrontando el envejecimiento en el campo. Presenta las dificultades del proceso, como la de tener la documentación personal y territorial, lo que genera mucha dificultad. Describe la dinámica de evaluación desarrollada en las jornadas de campo, presenta sugerencias para el Programa Nacional de Vivienda Rural. Sigue con las consideraciones finales, referencias y anexos.

Palabras clave: Vivienda Rural. Aspectos subjetivos. Agricultura familiar. Evaluación. Política pública.

RODRIGUES, Jandir. **The National Rural Housing Program- Objectives and subjective aspects of “Projeto Caprichando a Morada” in cities of Paraná, Brazil.** 84, Final Paper for the Rural Development and Food Security Course – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, October, 29th, 2021.

ABSTRACT

This final paper analyzes the objective and subjective aspects of the National Rural Housing Program with the project's beneficiaries improving their homes in three cities in southwestern Paraná. The methodology adopted is oral history and participant observation, with a script of semi-structured questions. The general goal is to analyze the objective and subjective aspects among the beneficiaries of the Program in relation to Rural Housing policies. As a specific goal: to understand how housing policies materialized in rural areas; systematize assessments in relation to access to rural housing policy; to understand the objective and subjective aspects of the post-access beneficiaries of the housing policy. It broaches the cycle of public policies with a focus on rural housing policy. It brings a brief contextualization of the region and description of the research municipalities, which have family farming as their economic base, thus, the rural housing policy is fundamentally important for local and regional development. Describes the actors involved in public policy. It contains references on public policy for family farming. It presents the results achieved, the concrete experience and the challenges for rural housing. It presents the voices of the subjects (people) of the process. The dissertation on self-esteem, proves through interviews that public policy can bring dignity and contribute to the permanence of young people in the countryside, enabling family succession and facing aging in the countryside. It presents the difficulties of the process, with personal and land documentation appearing as the greatest difficulty. Describes the evaluation dynamics developed in the field days, and presents suggestions for the National rural Housing Program. It follows with the final considerations, references and attachments.

Keywords: Rural Housing. Subjective Aspects. Family farming. Evaluation. Public policy.

RODRIGUES, Jandir. Jejaporã Tetãgua Óga Okaraygua -Aspectos añeteguáva ha ñeimo'ãháicha oĩva “ Moporã Óga Jejaposévape” tavaguára atykuéra Paranagua,

Brasil, ary 2021. Kuarogua papaha 84, Tembiapo Paha Mbo'esrygua Mopu'ã Okaraygua ha Mongaru Añetehápe- Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, ára 29 jasypápe, ary 2021.

ÑEMOMBYKY

Ko tembiapo mbo'esry paha oñe'ẽ tembiasakue arandu che rekove pegua, áva jojapýicha oĩva aty oñemohendáva mba'apoháraichagua, ohechakuaáva kokuegua ogapeguáicha. Amba'apo pehẽnguéicha ñemohenda ogakuéra okaraygua ñemopu'ārã ary 2005 ary 2016 peve ha añembojae Jejaporã Tetãgua Óga Okaraygua. Ko Jejaporã heñói peteĩ jojarekahápe oĩva kokuegua ogapegua ñemohendahápe, oñemohetia'éva ary 1980 guive jehekahápe teko hekoyvatéva teko ha óga okaraygua. Ko jetypeka hupytirã pavẽ hina tesã'yijo umi aspectos añetegua ha ñeimo'ãháicha oĩva umi pojopy oipyhýva upe Jejaporãme políticas públicas óga okaraygua ñembojopara apytépe. Umi hupytirã específicos hina, jehechauka mba'éicha umi políticas públicas oñemomba'eapo okarayguápe; mboysýi umi mbohepy kuéra oĩva pe política óga okaraygua mbojaépe; jeipyhy umi aspectos añetegua ha ñeimo'ãháicha umi pojopy oipyhýva oguerékova upe política ogaygua mbojae rire. Pe metodologia aiporuváekue hina ha'e tembiasakue jurugua ha ñemaña oíkeháva, ñeporandukuéra semiestructurados ndive. Mombe'u kuaarãhã ohechauka políticas públicas rekovekue ha ojeikytýva políticas ogaygua okarayguápe. Ko kuatia ogueru peteĩ ñemombe'u mbyky tenda sudoeste Estado Paragua omombe'úva mba'éichapa umi tavaguara aty jetypekágui (Barração, Bom Jesus do Sul ha Flor da Serra do Sul) umiva hina ojeporeka ñemitỹ ogayguápe guive, upéicha upe política ogaygua okaraygua imba'eguasureko mopu'ã pegua ha tenda reheguápe guarã. Ko kuatia ohechauka avei avakuéra omba'apóva'ekue upe política pública pe ha oñe'ẽ ñemitỹ ogayguápe, ohechauka resultados kuéra ojahupytýva'ekue, tembiasakue ha tembiaporã oĩvaiti óga okarayguápe guarã. Oheka techauka umi ñe'ẽ avakuéra omba'apóva'ekue omombe'úva moñe'ẽrã ñeimo'ãháicha upe política pública ryepýpe. Ñeporandu rupive tembiapo okarayguápe ko jetypeka ohechauka mba'éicha políticas públicas kuéra ikatu oguerutekoveyvate ha oipytyvõ ta'yirusukuéra opyta haguã okarayguápe ombyekovia haguãipehengue itujavévape ombojováí upéicha avakuéra ñembotuja ñúme. Umi dificultades añetegua jajuhúva pojopy oipyhýva apytépe hina umi kuatia'ỹ avagua ha yvy jeguereko Kuatiakuéra'ỹ.

Ñe'ẽ mbotyha ha pe'aha: Óga Okaraygua. Aspectos Ñeimo'ãháicha. Nemitỹ ogaygua. Mbohepy. Política Pública.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa do Estado do Paraná, em destaque a região Sudoeste	30
Figura 02 – Em destaque o município sede da ASSINTRAF.....	31
Figura 03 – Em destaque outro município que compõem ASSINTRAF.....	32
Figura 04 – Em destaque o 3º e último município que compõem ASSINTRAF.....	33
Figura 05 – Explicando todo processo de uma P.P.....	36
Figura 06 – Posição da casa em relação do sol.....	55

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01	–	Cadernos do projeto social “Projeto Caprichando a Morada”	49
Fotografia 02	–	Casa Velha.....	56
Fotografia 03	–	Local da Casa nova.....	57
Fotografia 04	–	Base da casa nova.....	57
Fotografia 05	–	Casa em Construção.....	58
Fotografia 06	–	Casa de 54 M ² PNHR.....	58
Fotografia 07	–	Casa de 54 M ² PNHR.....	59
Fotografia 08	–	Casa de 60M ² PNHR.....	59
Fotografia 09	–	Casa de 60M ² PNHR.....	60
Fotografia 10	–	Casa de 70M ² PNHR.....	60
Fotografia 11	–	Casa de 60M ² PNHR.....	61
Fotografia 12	–	Beneficiado em 2004/2021.....	61
Fotografia 13	–	beneficiado em 2011/2021.....	62
Fotografia 14	–	Dinâmica da “teia”	74
Fotografia 15	–	Entrega oficial da casa nova.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Resumo da Estrutura da pesquisa.....	22
Quadro 02 – Lista do perfil dos 13 entrevistados e a cidade onde residem.....	24
Quadro 03 – Cronologia do PNHR.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACESI – Associação do Centro de Educação Sindical
AF – Agricultura Familiar
ASSINTRAF – Associação Institucional da Agricultura Familiar
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná
COOPERHAF – Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
CCFGTS – Carta de Crédito com Operações Coletivas FGTS
CPF – Cadastro Pessoa Física
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FDS – Fundo de Crédito Solidário
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
ILAACH – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILACVN – Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ILATIT – Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana
PP – Política Pública
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA.....	19
1.1 História oral na pesquisa de campo e elaboração do roteiro semiestruturado	19
1.2 Descrição da pesquisa de campo.....	23
CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ.....	28
2.1. Breve descrição dos Municípios da Pesquisa.....	29
CAPÍTULO 3: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO RURAL	34
3.1 Significado de políticas públicas e o ciclo das políticas públicas	34
3.2. As políticas públicas para Agricultura familiar.....	37
3.3 O Programa Nacional de Habitação Rural -PNHR.....	38
3.4 O PNHR - Minha Casa Minha Vida em Barracão, Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul.....	42
3.4.1. As organizações envolvidas com o PNHR nos três municípios da pesquisa	45
CAPÍTULO 4: RESULTADOS ALCANÇADOS - O SIGNIFICADO DA POLÍTICA PÚBLICA NA EXPERIÊNCIA CONCRETA E OS DESAFIOS PARA A HABITAÇÃO RURAL	50
4.1 E com a morada caprichada... "A gente se sente feliz porque a gente tem uma casa boa". (ENTREVISTADA Nº02, 01/11/2019).	50
4.2. As dificuldades no processo... "Fico sentido porque muitos companheiros ficaram sem uma casa por questão de documentação..." (ENTREVISTADO Nº 12, 05/11/2019).	62
4.3 Avaliação e sugestões para o PNHR... "Que os governantes lembrassem mais dos pobres, dos trabalhadores" (ENTREVISTADA Nº 02, 01/11/2019).....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79
ANEXOS	82
ANEXO 1 – Mapa com a distribuição das casas PNHR, Elaborado manualmente ...	83
ANEXO 2- PLANTA BAIXA MODELO 12, COM 70 M²	84
Anexo 3 – Questionário do Caderno 2, Projeto Social	85
Fonte: ASSINTRAF, 2012.	85
Anexo 4 – Questionário do Caderno 2, Projeto Social	86

INTRODUÇÃO

Quando se busca compreender a incidência das políticas públicas para a agricultura brasileira, percebe-se que essas políticas públicas, na grande maioria, historicamente, beneficiaram os grandes produtores rurais do Agronegócio e para a Agricultura familiar eram poucas conquistas, sempre com muita pressão e mobilização das organizações sindicais e movimentos sociais.

As organizações da agricultura familiar empenhadas desde a década de 1980 na busca por condições dignas de moradia e de vida no campo começaram a pautar a construção de casas no meio rural. Havia até então conquistas importantes, como linhas de crédito para melhorar e/ou construir estruturas adequadas para os animais (aviários, chiqueiros, estábulos...), mas, não havia nenhuma política para reformas ou construções de casas para as famílias que viviam no campo.

Assim, com a pauta da moradia digna surgem iniciativas no sentido de responder a essa demanda de décadas, por exemplo, o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, que deu maior robustez a política habitacional no campo brasileiro, embora engessado na burocracia, mostrou-se um Programa importante e uma conquista histórica para a agricultura familiar.

Atualmente existem iniciativas que buscam compreender e ressaltar a importância do PNHR relacionadas às questões objetivas do programa em questão, assim, percebe-se a necessidade de se realizar pesquisas que abordem as questões subjetivas que muitas vezes passam despercebidas quando se realizam tais pesquisas junto aos beneficiários (as) do Programa supracitado.

Nesse sentido, a pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo geral analisar os aspectos objetivos e subjetivos entre os beneficiários (as) do Programa em relação às políticas de Habitação Rural. E como objetivos específicos: I) compreender como se materializaram as políticas de habitação no meio rural; II) sistematizar as avaliações em relação ao acesso à política de Habitação Rural; III) perceber os aspectos objetivos e subjetivos dos/as beneficiários/as pós-acesso da política habitacional.

A pesquisa propõe analisar o processo de acesso às políticas de habitação rural em municípios que tiveram famílias beneficiárias do PNHR, considerando que

existem poucas pesquisas sobre os aspectos objetivos e subjetivos dessa política, citando como exemplos: O Programa Minha Casa Minha Vida e o rural brasileiro (GRISA, KATO E ZIMMERMANN, 2017:408)¹; A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar (ROVER, MUNARINI, 2010)²; Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte: análise do programa Minha Casa, Minha vida (FRANÇA, 2015)³; A Política Habitacional Brasileira e a Habitação Rural: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul, RS-Brasil (OLIVEIRA, 2015)⁴. Habitação Rural: Uma luta por cidadania (SILVA, 2014)⁵; Análise do Programa Nacional de Habitação Rural em um Pequeno Município do Estado do Rio Grande do Sul (WESENDONCK, ROSSETTI, LUNARDI, 2015)⁶.

Assim sendo, para a realização da pesquisa de campo foram selecionados os municípios de Barracão, Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul, localizados na região Sudoeste do Estado do Paraná, que juntos tiveram em torno de quinhentas famílias beneficiadas com a política, entre os anos de 2003 a 2014, conforme dados obtidos nas entrevistas da pesquisa. Nota-se que o Município de Barracão é onde está localizada a sede da Associação Institucional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - ASSINTRAF, importante organização que foi responsável pela execução de projetos de habitação rural nos três municípios selecionados. Além disso, os três municípios são muito próximos, o que permitiu o fácil deslocamento para a pesquisa de campo.

Na metodologia foi adotada a revisão bibliográfica e documental, elaboração de roteiro semiestruturado e aplicação de entrevistas junto a 11 beneficiários com o PNHR e 02 gestores públicos do Município de Bom Jesus do Sul. Houve tentativa de

¹ No material produzido pelo IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22). Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas, no capítulo O Rural nas Políticas Públicas do Brasil Contemporâneo e no subitem 2.4 O Programa Minha Casa Minha Vida e o rural brasileiro.

² Artigo: A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar dos autores Oscar José Rover, Paulo Roberto Munarini(2010).

³ Artigo: Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte: análise do programa Minha Casa, Minha vida, da autora Karla Christina Batista de França(2015).

⁴ Artigo: A Política Habitacional Brasileira e a Habitação Rural: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul, RS-Brasil, do autor Gabriel Anibal Santos de Oliveira(2015).

⁵ Dissertação de mestrado com o título: Habitação Rural: Uma luta por cidadania, da autora Cecília Milanez Graziano da Silva.

⁶Artigo: Análise do Programa Nacional de Habitação Rural em um Pequeno Município do Estado do Rio Grande do Sul.(2015) dos autores: Claudia Cristina Wesendonck, Andressa Leticia Rossetti,Pedro Vione Lunardi.

entrevista com gestores do Município de Barracão e Flor da Serra do Sul, contudo, por compromisso de última hora, foram canceladas as entrevistas. Ainda na metodologia buscou-se trabalhar as entrevistas a partir da história oral e a observação participante, além da coleta de imagens das residências novas e antigas de alguns dos entrevistados.

Cabe destacar que hoje me encontro na condição de pesquisador, no entanto, fiz parte desse processo organizativo para a construção de habitações rurais entre 2005 e 2016, sendo contemplado com a política pública estudada no ano de 2006; fiz parte da direção da ASSINTRAF (2010 - 2013) e assumi a função de diretor presidente (2013 - 2016). Assim sendo, a pesquisa apresentada neste trabalho, aborda um tema que permeia minha experiência de vida enquanto sujeito social, integrante de um coletivo organizado da classe trabalhadora, compreendendo a categoria da Agricultura familiar.

Este trabalho de conclusão de curso está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz a metodologia, referencial teórico sobre história oral na pesquisa de campo, a descrição da pesquisa de campo e o perfil dos (as) entrevistados (as). No segundo capítulo é feita uma breve contextualização da região sudoeste do Paraná e dos municípios envolvidos na pesquisa. No terceiro capítulo são tratadas as políticas públicas para a agricultura familiar, com recorte para as políticas de habitação rural, com ênfase no PNHR, o ciclo da política pública, bem como os atores envolvidos nos três municípios. No quarto capítulo é feita a sistematização e apresentação dos resultados da pesquisa de campo, sobre como se materializaram as políticas de habitação no meio rural, avaliações e desafios no acesso a essa política pública. Por fim, têm-se as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

CAPÍTULO 1: METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa compreendeu diferentes técnicas de pesquisa, dentre elas, a revisão bibliográfica e documental, a história oral e a observação participante. No primeiro momento, foi feita uma revisão bibliográfica sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, com enfoque na habitação rural e revisão bibliográfica sobre história oral. Nesta etapa também foi realizada uma revisão documental do Programa Nacional de Habitação Rural.

No segundo momento, ocorreu a definição dos municípios selecionados, a elaboração de um roteiro semiestruturado e o desenvolvimento da pesquisa de campo com as entrevistas. O questionário semiestruturado conta com perguntas abertas voltadas a atender o objetivo geral e os específicos da pesquisa, e considera também as referências sobre a história oral. Na pesquisa de campo, também foi possível fazer uma observação das habitações construídas com os recursos do PNHR.

No terceiro momento foi realizada a transcrição das entrevistas e a compilação dos dados obtidos na pesquisa de campo, e a sistematização dos aspectos objetivos e subjetivos que foram possíveis perceber no processo de pesquisa, sendo estes resultados apresentados e discutidos no quarto capítulo.

1.1 História oral na pesquisa de campo e elaboração do roteiro semiestruturado

A pesquisa ou história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas ou não com pessoas que viveram, ou testemunharam fatos, acontecimentos, participaram de organizações (associações, sindicatos, cooperativas e Igrejas), com seus modos de vida, suas memórias e sua cultura, suas maneiras de enxergar a realidade, bem como outros elementos da história contemporânea. Conforme Verena Alberti:

A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais,

categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 2013:24).

Esta ferramenta da história oral é importante para perceber os diferentes olhares sobre uma mesma questão ou problema a ser resolvido na sociedade, pois, cada um e cada uma concebe a realidade ou os problemas do seu jeito, trazendo assim, um olhar holístico do indivíduo ou grupo pesquisado. Para Verena Alberti:

A entrevista de história oral - seu registro gravado e transcrito - documenta uma visão do passado. Isso pressupõe que essa visão e a comparação entre diferentes visões tenham passado a ser relevantes para estudos na área das ciências humanas. Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado por meio do estudo aprofundado de experiências e visões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular mediante a análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2013:26).

A pesquisa de campo foi de fundamental importância para a realização deste trabalho de conclusão de curso, considerando que buscou-se trazer as falas dos sujeitos do processo, ou seja, estabelecer um diálogo com todas as partes envolvidas com o programa habitacional PNHR, de forma a extrair para além das questões objetivas, a subjetividade que envolve todo o processo desde o acesso às políticas públicas de habitação rural, a construção/edificação das casas e a melhoria nas condições de vida dos e das agricultores e agricultoras beneficiados (as) com a política pública estudada.

Outro autor importante na realização deste trabalho foi Freire, para o qual:

A consciência é consciência do mundo: o mundo e a consciência, juntos, como consciência do mundo, constituem-se dialeticamente num mesmo movimento – numa mesma história. Em outros termos: objetivar o mundo é historicizá-lo, humanizá-lo. Então, o mundo da consciência não é criação, mas sim, elaboração humana. Esse mundo não se constitui na contemplação, mas no trabalho (FREIRE, 1987:16:17).

A intenção da pesquisa foi, portanto, possibilitar aos beneficiários (as) dizerem nas suas palavras sobre a sua realidade concreta, pois, tendo suas vozes, tem algo a dizer, o que precisa ser escutado e registrado. Para Freire, A palavra como comportamento humano, significante do mundo, não designa as coisas, transforma-as; não é só pensamento, é “práxis”. O mesmo autor diz ainda, “A palavra abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo, portanto” (FREIRE, 1987:19). Dessa forma, a palavra tem um peso grande e importante na construção do diálogo e do conhecimento. Como pesquisador aqui neste TCC, coloco-me assim, a serviço da palavra e do diálogo na construção do conhecimento. Concordando com Brandão quando afirma que:

O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão do mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade. E é esta visão de mundo, este ponto de vista que vai determinar a intencionalidade de seus atos, a natureza e a finalidade de sua pesquisa, a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados (BRANDÃO, 2006:24).

A intencionalidade e finalidade dessa pesquisa é compreender a complexidade das relações construídas durante a execução da política pública (PP), considerando, que a busca por perceber a subjetividade dos sujeitos do processo é desafiadora e instigante. Para além do concreto do dia a dia, perceber as questões subjetivas que estão presentes quando os e as agricultores (as) se movem para buscar a organização sindical, para ter entendimento de como buscar melhores condições de moradia (s) para sua (s) família (s).

Com embasamento no referencial teórico sobre história oral, buscando extrair os elementos da história oral dos (as) entrevistados (as), foi elaborado um roteiro semiestruturado com questões abertas. Em algumas entrevistas o diálogo era mais fluído e surgiam questões que não estavam no roteiro, as quais traziam respostas a questões que não haviam sido formuladas, e no diálogo, se tornavam de fundamental importância para a coleta dos elementos da história oral dos sujeitos da pesquisa.

Abaixo apresento o quadro “resumo da estrutura da pesquisa”, que busca de forma organizada apresentar o todo da pesquisa de campo. No quadro é possível

perceber que os objetivos das perguntas vão ao encontro dos objetivos geral e específicos da pesquisa, além de contar com observações pertinentes sobre os (as) entrevistados (as).

Quadro 01: Resumo da estrutura da pesquisa.

Objetivo da pergunta frente aos objetivos geral e específicos da pesquisa e do referencial teórico de políticas públicas	Pergunta do Roteiro Semiestruturado	Observações
Breve identificação dos/as entrevistados/as.	Nome, idade, estado civil, comunidade, município?	Buscou-se garantir a representatividade de gênero e geração e os agentes envolvidos na execução da PP.
	Faz parte de uma organização social (Associação, Sindicato, Cooperativa, Igreja)?	
Compreender como se materializaram as políticas de habitação no meio rural.	Como tomou conhecimento sobre o programa de habitação rural?	
Sistematizar as avaliações em relação ao acesso à política.	Sobre o enquadramento do programa: teve dificuldade com a documentação? Como foi todo o processo da construção da habitação?	

Perceber os aspectos objetivos e subjetivos dos/as beneficiários/as pós-acesso da política habitacional.	Qual o sentimento de mudar para uma casa nova?	
	Se não tivesse o programa de habitação rural seria possível com recursos próprios construir casa nova?	
	Como a família se sente morando numa casa digna no campo?	
Avaliação da política pública.	Na sua opinião o PNHR foi importante? Sim ou não? Por quê?	
Avaliação da política pública.	Em relação às políticas públicas de habitação o (a) senhor(a) tem alguma sugestão?	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

1.2 Descrição da pesquisa de campo

A pesquisa de campo ocorreu entre os dias 31 de outubro e 06 de novembro de 2019. No dia 31 de outubro fiz o deslocamento de Foz do Iguaçu para o município de Bom Jesus do Sul. No dia 01 de novembro fiz alguns contatos no município de Bom Jesus do Sul e duas entrevistas sendo uma com o gestor público e outra com uma agricultora beneficiária da política pública estudada. No dia

02 de novembro fiz duas entrevistas no município de Barracão com dois agricultores beneficiários da PP e ex-dirigentes da ASSINTRAF (2003-2009).

Outra entrevista que estava agendada no município de Barracão com o gestor público foi desmarcada por compromisso do gestor no interior do município. No dia 03 de novembro fiz uma entrevista com uma dirigente sindical no município de Flor da Serra do Sul e filha de beneficiários da PP. Ficou agendada uma entrevista com o gestor público de Flor da Serra do Sul, para o dia 05 de novembro.

No dia 04 de novembro fiz três entrevistas no município de Bom Jesus do Sul, sendo uma com o gestor público e outras duas com agricultores (as) beneficiários (as). No dia 05 de novembro voltei à Flor da Serra do Sul e fiz 04 entrevistas com agricultores e agricultoras beneficiários (as) da PP, e com um dirigente sindical e beneficiário. Outra entrevista que estava agendada com o gestor público não ocorreu por ele estar com afastamento para tratamento de saúde. Ainda no dia 05 de novembro retornei ao município de Barracão e fiz uma entrevista com uma agricultora beneficiária da PP e ex-dirigente da ASSINTRAF, encerrando a pesquisa de campo.

No dia 06 de novembro retornei para o município de Foz do Iguaçu, trazendo na bagagem o sentimento de satisfação com a realização da pesquisa. A pesquisa de campo se configurou como um processo muito intenso, conforme brevemente exposto acima, com uma rica coleta de dados que serão aprofundados no decorrer dos capítulos 3 e 4.

Quadro 02 - Lista do perfil dos 13 entrevistados e a cidade onde residem

Município	Atividade do Entrevistado	Observações
Bom Jesus do Sul	Entrevistado nº 01 - gestor público	Era o responsável enquanto poder público municipal, pela execução do PNHR.
	Entrevistada nº 02 - agricultora beneficiária	Beneficiada no ano de 2009.
	Entrevistado nº 06 - Gestor Público	Era o prefeito municipal, quando foi efetuada a

		parceria entre a ASSINTRAF e a prefeitura. No ano da realização da pesquisa de campo(2019), exercia o cargo de Secretário de Administração Municipal.
	Entrevistado nº 07 - Agricultor	Beneficiado no ano de 2011.
	Entrevistado nº 08 - Agricultor	Beneficiado no ano de 2011.
Barracão	Entrevistado nº 04 - Agricultor beneficiário/diretor sindical	Primeiro Diretor presidente da ASSINTRAF de 2003 a 2009, beneficiado no ano de 2011.
	Entrevistado nº 03 - Agricultor beneficiário	Beneficiado no ano de 2003-. Fez parte da direção da ASSINTRAF (2003-2009).
	Entrevistada nº 13 - Agricultura beneficiária	Beneficiada no ano de 2003. Fez parte da direção da ASSINTRAF (2003-2009).
Flor da Serra do Sul	Entrevistado nº 12 - Agricultor beneficiário/dirigente	Fez parte da direção (2009-2012), Filho Beneficiado no ano de 2012.
	Entrevistada nº 05 - Dirigente Sindical/filha de beneficiário/a	Diretora presidente da ASSINTRAF (2016-2019). A família foi beneficiada no ano de 2006.
	Entrevistado nº 09 - Agricultor beneficiário	Beneficiado no ano de 2006 filho do entrevistado 10.
	Entrevistado nº 10 - Agricultor beneficiário	Beneficiado no ano de 2009.

	Entrevistado nº 11 - Agricultor beneficiário/jovem	Beneficiário no ano de 2014, neto do entrevistado 10.
--	---	---

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2019.

A seleção dos (as) entrevistados (as) se deu observando alguns critérios pré-estabelecidos: I) ano em que foi beneficiado; II) diversidade de gênero; III) diversidade geracional; IV) participação na direção da ASSINTRAF.

Destaca-se que o recorte temporal da pesquisa foram os anos de 2004-2014. Este recorte temporal foi escolhido porque 2004 é quando teve início a execução da política nos municípios selecionados e o ano de 2014 é porque foi o ano em que mais houve acesso a esta política. Depois de 2014, apenas foram executados projetos já assinados e não foram realizados novos projetos. Além disso, dada a mudança de gestão do governo federal no período, teve início um processo de desmonte da política PNHR. Em função do recorte temporal, foram entrevistados alguns beneficiados (as) nos primeiros anos da execução da política nos Municípios, sobretudo, do ano de 2004. Também foram entrevistados beneficiados (as) nos anos seguintes: 2006, 2009, 2011, 2012 e 2014.

Outro critério para selecionar os entrevistados foi contemplar a diversidade de gênero buscando garantir que ao menos metade dos (as) entrevistados (as) fossem mulheres. O que foi atingido em partes, ou seja, foram entrevistadas 03 mulheres, 02 casais e 08 homens. É importante ressaltar que quando chegava nas casas era bem recebido pelos homens da casa, as mulheres na grande maioria ficavam na cozinha⁷, às vezes vinham somente cumprimentar, mas não participavam da entrevista/conversa. Assim, dos 13 entrevistados, foram entrevistadas 05 mulheres.

Outro critério foi buscar contemplar a diversidade geracional, assim, foram entrevistados desde jovens, adultos e idosos, inclusive, três entrevistados são da mesma família, ou seja, três gerações acessaram o PNHR, garantindo assim, a sucessão familiar e a permanência no campo com mais conforto e dignidade.

Um último critério a ser considerado foi se o (a) entrevistado (a) havia participado como membro da direção da ASSINTRAF, além de ter sido contemplado pelo PNHR, preferencialmente em períodos distintos. O que foi conseguido garantir porque foram entrevistados 02 beneficiários e 02 beneficiárias que passaram pela

⁷ É importante dizer que, o campo é um território onde a cultura patriarcal é muito presente, e os lugares historicamente construídos de homens e mulheres ficaram muito perceptíveis durante as entrevistas.

direção da ASSINTRAF, em algum momento do recorte temporal da pesquisa. Este critério é relevante porque buscou-se entender o ponto de vista de quem enquanto beneficiário precisava se enquadrar na lista de critérios para acesso a PP, enfrentava a burocracia, que às vezes engessava o processo, e enfrentava também, a demora nos prazos para a liberação de recursos.

Estes entrevistados também, por ter sido dirigente da entidade organizadora da PP, conheciam esse processo e sabiam que os percalços do caminho aconteciam e não dependia somente da entidade para resolver os problemas que surgiam, e, sim, do conjunto de atores envolvidos com o PNHR. Também buscou-se entrevista-los (as) para perceber se tinham consciência da importância dessa PP conquistada pela luta organizada do movimento sindical. Cabe destacar que “O que importa não é quantos foram entrevistados, mas se os entrevistados foram capazes de trazer conteúdos significativos para a compreensão do tema em questão” (FRASER e GONDIM, 2004:9). Nesse sentido, as entrevistas trouxeram informações significativas, dialogando com o tema da pesquisa.

É importante esclarecer que todas as entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados, conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no caso de pesquisa de opinião, sem identificação do sujeito, portanto, não requer autorização prévia do comitê de ética da UNILA⁸.

Dando sequência, para compreender melhor a importância de uma PP dessa envergadura para a AF dos municípios da pesquisa, faz-se necessário conhecer a região onde estão localizados os três municípios selecionados, a qual será contextualizada de maneira breve no próximo capítulo.

⁸ Para ver o documento completo: https://portal.unila.edu.br/mestrado/politicas-publicas/RESOLUON510DE07DEABRILDE2016_ticaPesquisaCinciasHumanaseSociais.pdf

CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

A chamada marcha para o Oeste promovida pelo governo Getúlio Vargas, intensifica a ocupação de terras conhecidas como devolutas⁹. Proporciona uma corrida por terras, e para a região Sudoeste do Estado do Paraná migraram colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para ocupar, desmatar e produzir o auto sustento para suas famílias. A região Sudoeste é onde aconteceu, em 1957, o conflito agrário chamado “Revolta dos Colonos” ou “Revolta dos Posseiros”¹⁰. De acordo com o IPARDES:

O processo de ocupação do espaço Sudoeste foi marcado por uma intensa luta pela posse da terra, notadamente na década de 1950, tendo inicialmente na exploração da madeira remanescente, no cultivo de lavouras alimentares e na criação de animais destinados à subsistência, sua base produtiva (IPARDES, Slide:8)

Segundo o (IBGE/IPARDES, Slide:9), por ter base agrícola e pequenas propriedades o processo de urbanização ocorreu de forma lenta, pois até 1950 a região era dividida por somente três municípios, os quais são: Clevelândia, Manguaçu e Palmas. De 1950 a 2000 houve um acréscimo de 40 novos municípios, totalizando 43 municípios e se mantém atualmente. O crescimento do número de municípios, teve como consequência um salto no grau de urbanização da região de 9% no ano de 1950, chegando a 66% em 2007. No mapa encontra-se a localização da Região Sudoeste. Conforme a Figura 01.

⁹ Terras desocupadas, não cultivadas, vagas, são chamadas de terras devolutas.

¹⁰ Para saber mais acesse: <<https://gnuteca.assesoar.org.br>>.

Figura 01- Mapa do Estado do Paraná, em destaque a região Sudoeste.



Localização da Região Sudoeste do Paraná.(IPARDES).

Nessa região se encontram os três municípios, todos bem próximos e limítrofes entre si, selecionados para a presente pesquisa, a saber: Barracão, Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul, dos quais farei uma breve contextualização de cada um.

2.1. Breve descrição dos Municípios da Pesquisa

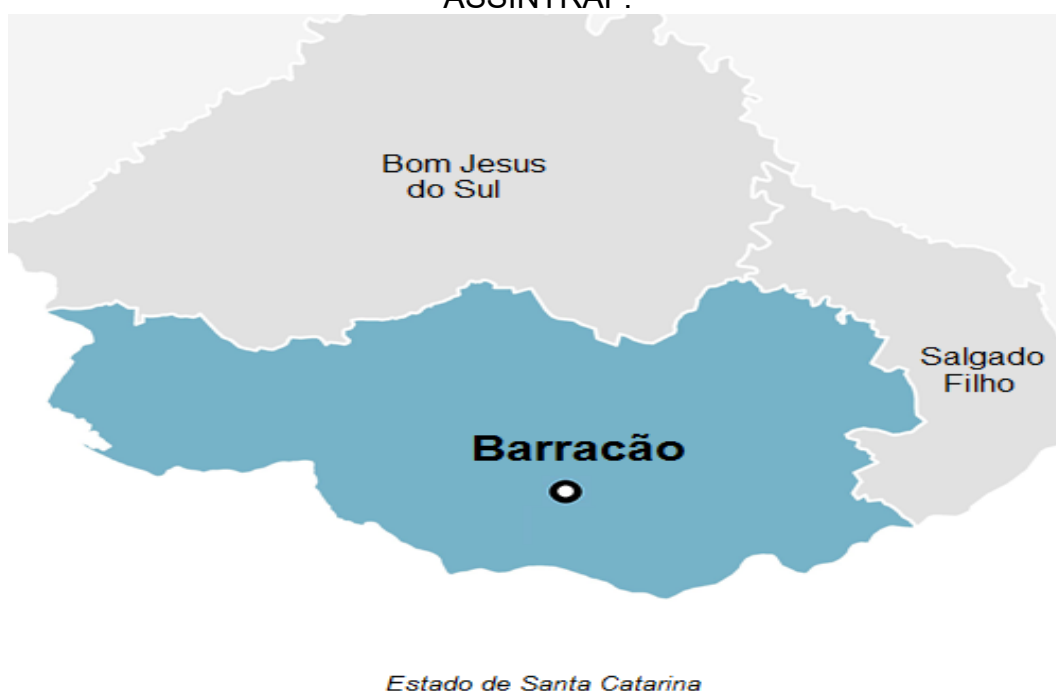
Começo a descrição com o Município de Barracão, que faz limite com os seguintes municípios: Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul, no Estado do Paraná, bem como com o Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina e Bernardo de Irigoyen, Provincia de Misiones, Republica Argentina. Está localizado a 551,70 km da capital do Estado, Curitiba. A área total do município é de 164,918 km², tendo dois distritos administrativos: Barracão e Siqueira Belo (IPARDES, 2021, Cadernos:3).

Segundo o (IBGE/IPARDES, Cadernos:12) sua população estimada para 2021 é de aproximadamente 10.347 habitantes, já a população do último censo [2010], constava de 7.008 habitantes na área urbana e 2.727 habitantes na área rural, tendo uma taxa de urbanização de 71,99% e uma densidade demográfica de 56,78 hab./km² (IBGE/IPARDES, Cadernos:40). A intensa urbanização de Barracão

se deu devido a alguns fatores, entre eles, a cidade é cortada pela BR 163, importante ligação com os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também é um importante “portão” de acesso a Argentina, tem um porto seco com grande movimentação de cargas. O perímetro urbano de Barracão faz divisa com o perímetro urbano de Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen, formando as “cidades gêmeas”, como são conhecidas regionalmente.

A base da economia do Município de Barracão é a agricultura, predominando a agricultura familiar. Conforme o site da prefeitura, “hoje o Município de Barracão conta com mais de 700 propriedades, sendo que aproximadamente 35% trabalham com bovinocultura leiteira”¹¹. Segundo o (IPARDES/IBGE/2017, Cadernos:6) entre proprietários, arrendatários, parceiros, comodatos e assentados sem titulação definitiva, existem em Barracão 794 propriedades rurais, com área média de 19,46 hectares. Estas propriedades produzem os seguintes produtos agropecuários: milho, soja, aves, gado de corte, mandioca, feijão e fruticultura. Para ilustração trago a figura 02, em destaque o Município acima citado.

Figura 02 - Em destaque o município sede da ASSINTRAF.



FONTE: IPARDES NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

¹¹ <http://barracao.pr.gov.br/?p=11770>

O segundo município da pesquisa é Bom Jesus do Sul, que faz limite com os seguintes municípios: Barracão, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho e Santo Antônio do Sudoeste no Estado do Paraná, com Bernardo de Irigoyen, Estado de Misiones, Argentina. Está localizado a 563,08 km da capital do Estado, Curitiba. A área total do município é de 176,947 km² (IPARDES, 2019, Cadernos:2).

Segundo o (IPARDES/IBGE, Cadernos:12), sua população total é estimada em 2021 de 3.472 habitantes, já a população do último censo (2010), constava de 3.796 habitantes, a área urbana tem 933 habitantes e a área rural tem 2.863 habitantes, tendo uma taxa de urbanização de apenas 24,58% e uma densidade demográfica de 21,82 hab./km².

O Município de Bom Jesus do Sul tem a sua economia baseada na agropecuária. A agricultura familiar predomina e tem o leite como uma das fontes de renda. Segundo o (IPARDES/IBGE/2017, Cadernos:6), entre proprietários, arrendatários, parceiros e comodatos possuem 832 propriedades rurais, com área média de 20,40 hectares. Estes produzem os seguintes produtos agropecuários: leite, milho, soja, aves, gado de corte, mandioca, feijão, fruticultura e trigo. Na figura 03, em destaque o município acima citado.

Figura 03 - em destaque outro município que compõem ASSINTRAF



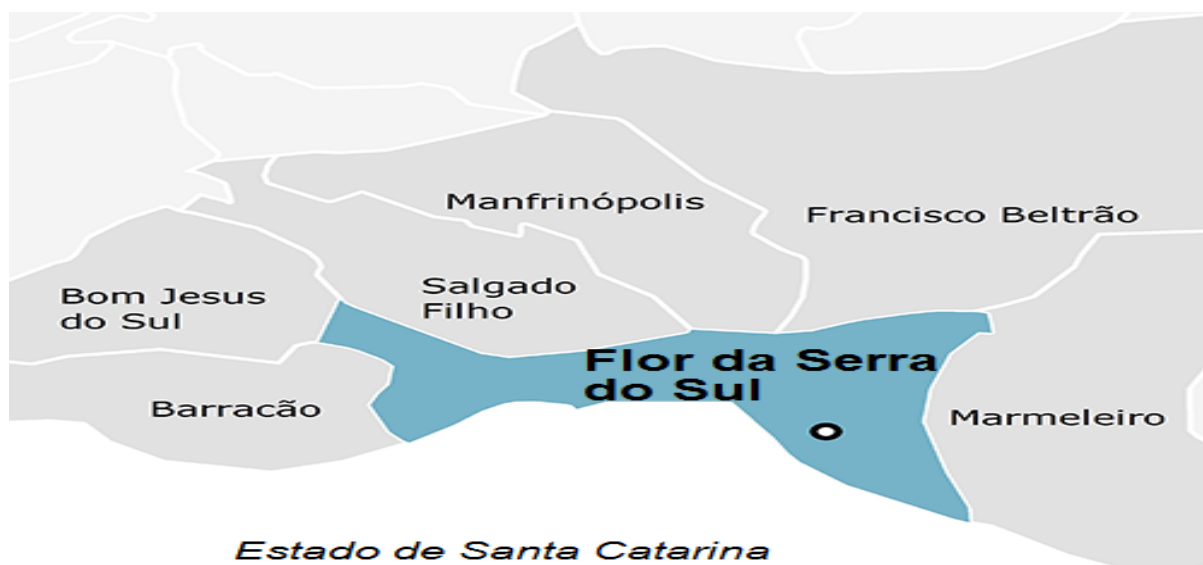
FONTE: IPARDES NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

O terceiro município visitado na pesquisa é Flor da Serra do Sul, que faz limite com os seguintes municípios: Barracão, Bom Jesus do Sul, Salgado Filho, Manfrinópolis, Francisco Beltrão e Marmeleiro, no Estado do Paraná. Com os Municípios: Dionísio Cerqueira e Palma Sola, ambos no Estado de Santa Catarina. Está localizado a 514,70 km da capital do Estado, Curitiba. A área total do município é de 249,402 km² (IPARDES, 2019, Cadernos:2).

Segundo o (IBGE/IPARDES, Cadernos: 12), sua população estimada para 2021 é de aproximadamente 4.583 habitantes, já a população do último censo [2010], constava de 4.726 habitantes, destes 1.644 habitantes estavam na área urbana e 3.082 habitantes estavam na área rural, tendo uma taxa de urbanização de apenas 34,79% e uma densidade demográfica de 19,78 hab./km².

O Município de Flor da Serra do Sul tem a sua economia baseada na agropecuária, com predominância da agricultura familiar. Segundo o IPARDES/IBGE (2018), entre proprietários, arrendatários, parceiros e comodatos o Município apresenta 661 propriedades rurais, com área média de 31,70 hectares, que produzem os seguintes produtos: leite, milho, soja, aves, gado de corte, mandioca, feijão, fruticultura e trigo. Na figura 04, em destaque o município acima citado.

Figura 04 – em destaque o 3º município da ASSINTRAF



FONTE: IPARDES NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

Com base nas informações trazidas acima, percebe-se a importância da agricultura familiar para os três municípios da pesquisa. Pois são municípios essencialmente agrícolas, com a base da economia oriunda da agricultura familiar. Contudo, apresentavam demandas urgentes de política habitacional para essa parcela da população. Essa população historicamente foi negligenciada pelas políticas públicas. Por ter essa compreensão da realidade e dos desafios da agricultura familiar, a pauta da moradia digna no campo se configurou como estratégica para as organizações da agricultura familiar. O tema das políticas públicas para a agricultura familiar e política de habitação rural serão aprofundados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO RURAL

Neste capítulo, faço uma abordagem sobre o significado e o ciclo de políticas públicas, além de uma breve descrição sobre as políticas públicas para agricultura familiar, apresentando leis, normativas e decretos. Em seguida, é apresentado um recorte específico sobre o Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR.

3.1 Significado de políticas públicas e o ciclo das políticas públicas

A primeira pergunta para a qual buscaremos resposta ao pensar nesta pesquisa: o que é política pública? Para Leonardo Secchi “Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros (SECCHI, 2016:5).

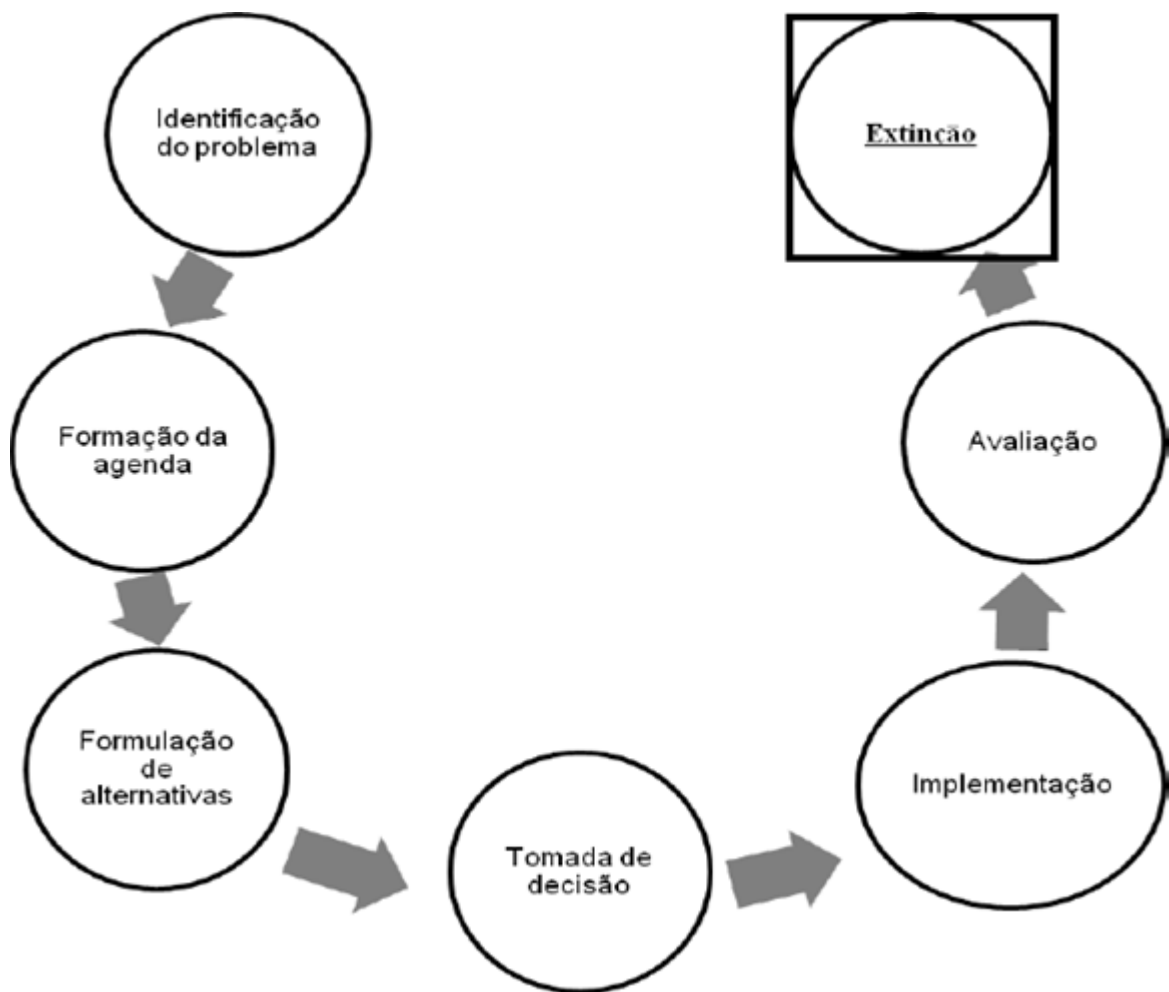
Nota-se assim, que é um conjunto de ações abstratas e que a partir da materialização já se pode observar resultados. Já a *Politics* conforme Bobbio (2002), “é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” (BOBBIO, 2002, *apud* SECCHI, 2015:1). Para SECCHI (2015:1), “Essa dimensão de “política” é a mais concreta e a que tem relação com orientações para decisão e ação”.

Por isso, pode-se afirmar que as políticas públicas, quando bem aplicadas, mudam o conjunto da sociedade e empoderar os indivíduos, já que: “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2015:1). Para entendermos melhor como se dá a construção das políticas públicas, faz-se necessário compreender que:

A lei do *Couvert* tem todos os elementos de uma política pública: um **problema público** percebido, uma proposta de solução ao problema público, **atores** envolvidos, **instituições** formais e informais que moldam o comportamento dos atores, as fases de **formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação** da política pública etc. (SECCHI, 2015:9).

A partir dos elementos descritos por Leonardo Secchi, para a compreensão de como são construídas as políticas, o mesmo autor desenvolve o chamado ciclo das políticas públicas, o qual começa pela identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção da política, conforme exemplifica Leonardo Secchi na figura a seguir:

Figura 05 - explicando todo processo de uma P.P.



Fonte: Adaptado de Secchi (2015:43).

A pesquisa de campo teve como base o ciclo das Políticas Públicas para entender e perceber o envolvimento dos diversos atores em cada etapa do processo de implementação da PP estudada, por isso buscou trazer uma avaliação de cada envolvido na construção, implementação e seu olhar sobre a PP. Para Leonardo Secchi a avaliação tem os seguintes passos:

Continuação da política pública da forma que está, nos casos em que as adversidades de implementação são pequenas; Reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública, nos casos em que as adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política pública; Extinção da política pública, nos casos em que o problema público foi resolvido, ou quando os problemas de implementação são insuperáveis, ou quando a política pública se torna inútil pelo natural esvaziamento do problema (SECCHI, 2015:65).

Podemos observar junto aos beneficiários a necessidade da continuidade da política de habitação, uma vez que ficaram muitas famílias sem acessar a política por diversos problemas, principalmente em relação a documentação (pessoal, da terra e outros). Assim, pode-se dizer que houve uma extinção prematura da PP por que a demanda por habitação rural persiste e ainda há um longo caminho para cumprir essa demanda. Para Leonardo Secchi:

Uma avaliação com conotação política vai prestar atenção em aspectos da percepção dos destinatários da política pública, a legitimidade do processo de elaboração da política pública, a participação de atores nas diversas etapas de construção e implementação de uma política pública, bem como os impactos gerados no macroambiente (SECCHI, 2015:64).

Como a pesquisa de campo trouxe presente os impactos nos diversos segmentos da sociedade dos municípios já mencionados, pois o PNHR fomentava a economia local, gerava novos postos de trabalho e mudava a paisagem dos municípios. Percebe-se que pode haver interesses políticos no esvaziamento da política ou extinção desta importante política para agricultura familiar. Leonardo Secchi aponta algumas causas que podem levar a extinção de uma política pública:

As causas da extinção de uma política pública são basicamente três: 1.o problema que originou a política é percebido como resolvido; 2. os programas, leis ou ações que ativaram a política pública são percebidos como ineficazes; 3.o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais. Para Meny e Thoenig (1991), esta é a causa mais comum (SECCHI, 2015:67).

Nesse sentido, percebe-se a importância do conhecimento sobre o ciclo das políticas públicas para entender como nasce e morre uma determinada política pública. A seguir no subitem 3.2 vou trazer alguns elementos sobre políticas públicas para agricultura familiar, bem como, a tipificação que a lei da agricultura familiar faz a essa categoria importante para o conjunto da sociedade brasileira.

3.2. As políticas públicas para Agricultura familiar

Nota-se que após a promulgação da Constituição cidadã brasileira houve inúmeras conquistas nos termos das políticas públicas para agricultura familiar, em que se destacam três exemplos para contextualizar: I) A implementação da Previdência Social Rural, que estava garantida na Constituição e que somente em 24 de Julho de 1991, com a lei 8212/91, foi regulamentada e a partir desta data os agricultores, camponeses entre outros passaram a gozar dos benefícios previdenciários; II) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que foi instituído pelo Decreto nº 1.946, de 28 de Junho de 1996, conforme seu artigo primeiro, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda; III) O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, criado com a Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003, conforme o seu artigo 19, compreendendo as seguintes finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, Lei 10.696/2003).

É de fundamental importância compreender que a Lei da Agricultura Familiar apresenta a tipificação e as delimitações de quem são os sujeitos que compõem a categoria “agricultura familiar”. Esta Lei significa um grande avanço no sentido de instrumentalizar as organizações representativas na busca por políticas públicas para a AF.

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais (BRASIL, Lei 11.326/2006).

Apesar das diversas políticas aqui apresentadas, este estudo foca nas políticas de habitação rural e especialmente no PNHR, buscando traçar um panorama sobre as políticas de habitação no geral, a título de informações.

3.3 O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

Com a compreensão de que, ter uma casa digna para morar é um direito humano garantido no artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):

§1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de

perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (USP, SITE, 2019).

No Brasil, o direito à moradia digna está garantido na Constituição cidadã, no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO, 1998:30 - grifo do autor). Contudo, é importante ressaltar que na Constituição de 1988, o artigo 6 não fazia referência à moradia, e foi a Emenda Constitucional nº 26, de 2000, que trouxe à luz a questão da moradia. Portanto, a existência desta Emenda visa possibilitar a criação de programas habitacionais contemplando a população urbana e incluindo a população rural nas políticas de habitação.

A Política de Habitação teve início no ano de 2003 com três modalidades de contratos:

- I- O PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social;
- II- CCFGTS – Carta de Crédito com Operações Coletivas FGTS;
- III- FDS – Fundo de Crédito Solidário;

A partir de 2009 com a Medida Provisória nº 459 de 25 de março de 2009, a Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009, em seu Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, tem o subprograma PNHR que será detalhado neste capítulo.

Buscando apresentar um panorama das políticas públicas nacionais destinadas à habitação e as regras estabelecidas nestas políticas, apresenta-se o quadro a seguir, que é uma atualização do quadro desenvolvido por Paulo Roberto Munarini (2009), com a inclusão de novos dados até 2013, organizando de forma cronológica os recursos destinados à habitação rural no Brasil.

Quadro 03- Cronologia do PNHR.

Programa PSH (2003)	Programa CCFGTS Operações Coletivas (2003)	Programa CCFGTS Operações Coletivas (2003)	Programa Crédito Solidário (2003)	PNHR 2009 Grupo I	PNHR 2009 Grupo II	PNHR 2013 Grupo I	PNHR 2013 Grupo II	PNHR 2013 Grupo III
Modalidade: Leilão Subsidiado Recurso: entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.500,00 (por família).	Modalidade: Caução (Fundo perdido) Recurso: R\$ 5.907,00 (subsidiado por família).	Modalidade: Financiamento Recurso: R\$ 3.000,00 (subsidiado por família).	Modalidade: Financiamento Recurso: R\$ 10.000,00 para construção e R\$ 7.500,00 para reforma..	Modalidade: subsídio Recurso: 10.000,00	Modalidade: subsídio + financiamento Recurso: subsídio de R\$ 7.000,00 e Financiamento de até R\$ 22.000,00	Modalidade: subsídio Recurso: para região norte, R\$ 30.500,00 para demais R\$ 28.500,00. Para reforma e ampliação. Norte: R\$ 18.400,00, Demais regiões R\$ 17.200,00	Modalidade: subsídio + financiamento Recurso: subsídio de R\$ 7.610,00 e Financiamento não podendo passar o teto de até R\$ 90.000,00	Modalidade: Financiamento com diferencial no juro. Recurso: até R\$ 90.000,00
Contrapartida oferecida por municípios ou estados, que poderá ou não ser cobrada dos beneficiários	Contrapartida: R\$ 2.093,00	Financiamento: R\$ 6.000,00	Contrapartida: Não há porque o recurso é todo financiado diferindo do CCFGTS.	Contrapartida: 4% pagos na assinatura do contrato.	Financiamento : com taxa de juros de 5% ao ano + TR	Contrapartida: 4% pagos em quatro parcelas após término da habitação.	Financiamento: Na forma definida pelo Gestor do FGTS	Financiamento: Na forma definida pelo Gestor do FGTS.
Público alvo: agricultores com renda até R\$ 465,00 mensais.	Público alvo: agricultores com renda até um salário mínimo.	Público alvo: agricultores com renda de R\$ 930,00 a R\$ 1.500,00.	Público alvo: agricultores com renda até três salários mínimos.	Público alvo: agricultores com renda e DAP até 10.000,00	Público alvo: agricultores com renda e DAP de 10.000,00 a 22.000,00.	Público alvo: agricultores com renda e DAP até 15.000,00	Público alvo: agricultores com renda e DAP de 15.000,00 a 30.000,00.	Público alvo: agricultores com renda e DAP até 30.000,00 a 60.000,00
Prazo de devolução: varia conforme proposta da entidade promotora, até 72 meses.	Prazo de devolução: não há devolução.	Prazo de devolução: até 96 meses.	Prazo de devolução: até 240 meses.	Prazo de devolução: não há devolução.	Prazo de devolução: parcelas mensais.	Prazo de devolução: 4 anos.	Prazo de devolução: 10 anos com parcelas, semestrais ou anuais.	Prazo de devolução: 10 anos com parcelas, semestrais ou anuais..
Fonte dos recursos: Banco do Brasil.	Fonte dos recursos: FGTS.	Fonte dos recursos: FGTS.	Fonte dos recursos: FDS.	Fonte dos recursos: OGU e FGTS	Fonte dos recursos: OGU e FGTS	Fonte dos recursos: OGU	Fonte dos recursos: OGU e FGTS	Fonte dos recursos: FGTS

O Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009. Conforme a Medida provisória e Lei de 2009.

Medida Provisória nº 459 de 25 de março de 2009, a Lei nº 11.977 de 07 de Julho de 2009, em seu Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (BRASIL, 2009).

Embora a Lei mencionada tratava de construção e reformas de casa, esse estudo é sobre as casas novas, até porque, nos três municípios da pesquisa, a ASSINTRAF não trabalhou com reformas de casas. O Programa Minha Casa Minha Vida, instituído na lei supracitada, com olhar diferenciado para o público urbano e rural, visa atender uma parcela da população que nos moldes dos programas anteriores não tinha possibilidade de acesso. O que determina qual dos programas (PNHU ou PNHR) seria acessado pelas famílias é a localização geográfica, ou seja, se a família reside na área rural ou urbana:

O PMCMV oferece um tratamento diferenciado para a população urbana e para a população rural, atendidas respectivamente pelo PMCMV Urbano e o PMCMV Rural. Fundamentalmente o que determina qual destes instrumentos da política habitacional o indivíduo e sua família tem direito a acessar é a localização geográfica da propriedade, isto é, se urbana ou rural (GRISA, KATO e ZIMMERMANN, 2017:408).

Com isso, pode-se dizer que o PNHR veio ao encontro de uma necessidade histórica e sempre negligenciada pelas políticas públicas destinadas à agricultura familiar, que é a necessidade de ter uma moradia digna, em outras palavras, morar bem. Conforme Munarini e Rover (2010):

Morar bem está diretamente relacionado a uma nova perspectiva de vida para os habitantes dos territórios rurais. Esse bem-estar se potencializa quando a política permite que o beneficiário se sinta parte do conjunto de atores que, com diferentes papéis, proporciona a execução desses benefícios sociais (MUNARINI E ROVER, 2010:267).

Pensando no conjunto dos atores envolvidos nessa importante tarefa de proporcionar moradia digna aos agricultores rurais, tem a presença histórica da Caixa Econômica Federal - CEF, no meio Urbano proporcionando o acesso a habitações através de financiamento, mas esta não atuava com políticas habitacionais para o meio rural, isso se torna possível a partir de 2009, segundo a Agência Brasil:

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) já atendeu a cerca de 76 mil famílias de agricultores e trabalhadores rurais. De acordo com informações divulgadas hoje (18) pela Caixa, desde o início do programa, em setembro de 2009, foi investido cerca de R\$1,7 bilhão no setor. Para 2013, a Caixa Econômica Federal espera superar o resultado do ano passado, quando contratou 40 mil unidades habitacionais no campo (Agência Brasil/CAIXA).

Para viabilizar a execução do PNHR nos três municípios da pesquisa houve um processo de articulação, inúmeras reuniões, partilha de responsabilidades e tarefas de cada entidade, definição de metas a curto e médio prazo, com envolvimento dos diversos atores nesse processo. As organizações envolvidas com o PNHR serão apresentadas a seguir.

3.4 O PNHR - Minha Casa Minha Vida em Barracão, Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul

Esta seção busca explicar como cada município adotou uma forma de desenvolver o PNHR no seu território. Considerando que cada realidade é única, as estratégias adotadas para a execução do PNHR não seguiram um “receituário”, justamente, por considerar as especificidades de cada município.

Porém, haviam os critérios de enquadramento, os quais eram: ter título de posse da terra ou contrato de compra e venda; documentação pessoal atualizada; ter Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, atualmente definido como Declaração Anual de Produtor Rural (DAP). Tendo esses critérios observados, os municípios desenvolviam o projeto conforme a sua realidade.

Em Barracão, sede da ASSINTRAF, a entidade encontrou bastante dificuldade no início, como se evidencia nas palavras da entrevistada nº 13, a qual era dirigente fundadora da ASSINTRAF:

Nós começamos a entidade a partir de uma disputa política do Sindicato de Barracão, foi feito a disputa para conseguir colocar o presidente e como não foi conseguido eleger, daí a gente partiu “pra” fazer uma associação entre os municípios e como os Sindicatos tanto Barracão como Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul, não representavam os agricultores na época, então começamos a fazer reuniões nos três municípios. A gente criou uma comissão e começamos a ir para as comunidades e conversar com o pessoal e os agricultores colocaram também a indignação que tinham pelo Sindicato que não representavam eles e a partir dali foi fundada a ASSINTRAF, com o apoio dos outros sindicatos da ACESI¹² que faziam parte da região (ENTREVISTADA Nº13, 05/11/2019).

Conforme o entrevistado nº 04, fundador da ASSINTRAF e primeiro presidente, “Nós criamos uma entidade sindical nova para nós fazer o trabalho, nós tínhamos essa necessidade para a organização da classe, para a busca de direitos e políticas que seriam necessários para nossa categoria enquanto agricultores familiares que até então não tinha nada”. Eram a ASSINTRAF e a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF) trazendo algo novo, o que gerou um pouco de descrédito por parte do poder público local, mas com o desenvolvimento do trabalho e com a constituição dos primeiros grupos, construção e entrega das primeiras casas, foi conquistando a credibilidade, tanto dos munícipes, inclusive, de associados da ASSINTRAF, quanto da prefeitura local.

Acho que era o PSH-Programa Social de Habitação. A questão de documentação foi tudo mais difícil, porque era os primeiros, então até que tu encaminhava tudo e dava certo os projetos, demorou um pouco, demorou não, mas foi tudo meio atropelado, porque, na verdade, quando veio o projeto a gente tinha que correr atrás da documentação, tinha pouco tempo e logo já passava, até porque nós éramos associação e nem tínhamos toda a documentação pronta como associação, e o pessoal daí “pra” valorizar um pouco mais a nossa região aqui, o pessoal de Beltrão e região, a ACESI, destinaram três habitações “pra” dar uma alavancada “pro” pessoal já começar a associar mais e a procurar mais a entidade “pra” fortalecer a entidade um pouco, foi bem corrido correr atrás da papelada e assim não foi tão fácil (ENTREVISTADA Nº 13,05/11/2019).

¹² Associação do Centro de Educação Sindical

Contudo, só foi possível efetivar uma parceria com a Prefeitura Municipal depois que as parcerias com os demais municípios (Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul), estavam efetivadas e colhendo bons resultados, ou seja, como Município sede da ASSINTRAF, ficaria constrangedor para Barracão ser o único a não efetivar uma parceria para facilitar a execução do PNHR no município.

Somente no ano de 2012 a parceria foi oficializada, ou seja, a ASSINTRAF já estava trabalhando com essa política pública há nove anos, enfrentando dificuldades com questões de estrutura que dependiam da prefeitura, como por exemplo, a construção de terraplanagens e acesso para o local onde as casas seriam construídas. Relatou-se que, às vezes, a Prefeitura demorava meses para fazer as terraplanagens, o que acarretava em atraso em todo o processo, perda de prazos de liberação de recursos, necessidade de fazer justificativas junto aos agentes financeiros, entre outros problemas. Com a efetivação da parceria, segundo representante da ASSINTRAF, isto possibilitou que em torno de 150 famílias fossem beneficiadas com o PNHR no Município.

No Município de Bom Jesus do Sul, a ASSINTRAF e COOPERHAF já haviam construído em torno de 1 dezena de casas, desde a constituição da ASSINTRAF em 2003, no entanto, foi a partir do convênio assinado entre a prefeitura municipal, sob a coordenação da Secretaria da Indústria e Comércio e Agricultura, no ano de 2011, que a política pública teve uma grande e significativa ampliação.

O convênio assegurava uma estrutura de trabalho, já que a sede era em Barracão: sala de atendimento junto a secretaria de agricultura, veículo para deslocamento e uma contribuição financeira para a realização dos trabalhos necessários para implementação do PNHR. Esse convênio/parceria proporcionou o acesso a quase duas centenas de habitações na área rural do município, nas palavras do Entrevistado nº 01, “foram concluídas, executadas todas as habilitações, foram mais de 190 habitações”, o que mudou consideravelmente a “paisagem” do campo e ressignificou a imagem que se tinha do interior.

Em Flor da Serra do Sul, a ASSINTRAF e COOPERHAF já estavam desenvolvendo o PNHR, enfrentando dificuldades por causa das distâncias entre algumas famílias beneficiárias e a sede da ASSINTRAF. Buscando dinamizar o trabalho e possibilitar um maior alcance da política pública, houve um trabalho feito pela ASSINTRAF, visando uma aproximação com a administração municipal e secretaria de agricultura.

Essa aproximação teve como exemplo o convênio firmado com o Município de Bom Jesus do Sul. Com a parceria efetivada entre a prefeitura e a ASSINTRAF, foi possível proporcionar um grande avanço no acesso ao PNHR no Município. Segundo dados da ASSINTRAF, passou de mais de uma centena de habitações novas em Flor da Serra do Sul, tornando visível a mudança no interior do Município. Essa constatação também se evidencia nas palavras do entrevistado nº 12, quando fala da importância do PNHR para Flor da Serra do Sul: "A ASSINTRAF em nosso município ultrapassa a marca de 100 casas, se tu andar no interior de nosso município tu vê bem certinho" (ENTREVISTADO Nº12, 05/11/2019).

A seguir no item 3.4.1 é apresentada uma brevemente uma apresentação de todos os atores envolvidos com o PNHR, bem como, uma apresentação dos cadernos utilizados no projeto social que era desenvolvido simultaneamente ao projeto de edificação das casas.

3.4.1. As organizações envolvidas com o PNHR nos três municípios da pesquisa

Durante a realização da pesquisa de campo foi possível perceber a importância que o PNHR teve para os atores envolvidos no processo de execução dessa importante política pública. Para uma melhor compreensão de quais são os atores envolvidos, segue uma breve descrição dos mesmos.

O primeiro ator descrito, que tomou conhecimento do PNHR e não mediu esforços para viabilizar a execução na microrregião dos municípios, é a ASSINTRAF, que foi a interlocutora e articuladora de todo o processo de implementação do PNHR. A ASSINTRAF foi a "espinha dorsal" do PNHR nos municípios de sua atuação.

O segundo ator descrito é a COOPERHAF, uma Cooperativa que representava os três Estados do Sul do Brasil, responsável pela elaboração e execução do "Projeto Caprichando a Morada", como era chamado o PNHR pelos beneficiários da política pública nos municípios pesquisados. A Cooperativa contava com uma coordenação geral e uma equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais, engenheiros (as), técnicos (as) em edificações e pessoal administrativo, para elaboração dos projetos de edificação, acompanhamento e execução dos mesmos, além de fazer a elaboração dos quatro cadernos que eram a

parte de formação do projeto social, a qual era desenvolvida concomitantemente as etapas de construção das casas.

Também fundamentais foram o Banco do Brasil-BB e a Caixa Econômica Federal-CEF, enquanto instituições públicas do governo federal e os agentes financeiros do PNHR.

As Prefeituras Municipais através de suas secretarias, em Bom Jesus do Sul pela Secretaria da Indústria e Comércio, em Barracão pela Secretaria da Agricultura e em Flor da Serra do Sul pela Secretaria da Agricultura, eram as instituições públicas locais que viabilizavam parte da estrutura, como transporte de material pesado, terraplanagem e acesso para a nova casa.

Por fim, tem-se os (as) beneficiários (as) da política pública, que são os sujeitos principais do processo de execução do PNHR, os quais precisavam estar dentro dos critérios de acesso da política pública, participarem das reuniões e das etapas de formação do projeto social, para compreender quais os passos que seriam dados para a execução do PNHR. Esse processo, para além da construção de moradias, possibilitou processos formativos, com momentos de estudo/formação e execução da obra em si, ou seja, possibilitou novos conhecimentos, que para a realidade da agricultura familiar é um grande desafio, contribuindo para a transformação daquela realidade.

Nas palavras de um dos gestores públicos entrevistados, o qual foi um dos agentes executores do PNHR no Município de Bom Jesus do Sul:

O Programa Habitacional Rural ajudou a desenvolver a nossa comunidade, ajudou a desenvolver o nosso território. O município de Bom Jesus do Sul é muito grato por esta política pública. Se nós entrevistarmos todas as pessoas que foram contempladas pelo PNHR, pela habitação rural, as nossas pequenas propriedades rurais que é a agricultura familiar, deram um salto de qualidade de vida (Entrevistado 01, 01/11/ 2019).

Esse “salto de qualidade de vida” é resultado do processo como um todo, não só da edificação, da construção das casas em si, mas, também, do projeto social desenvolvido simultaneamente à construção das casas. Está relacionado com aspectos objetivos da nova habitação, mas também com os aspectos subjetivos trazidos com a formação associado a participação na política pública.

Os cadernos foram organizados e planejados de forma que começassem com o que trazia os fundamentos de uma edificação/construção das casas, até o último que abordava o planejamento e gestão da propriedade, pensando no pós-construção. Os cadernos tinham a seguinte ordem:

- Caderno 01 - Orientações para a construção habitacional.

Esse caderno era considerado um “manual da construção”, porque trazia de forma detalhada o passo a passo de todas as fases da construção. Estava dividido em seis tópicos, 1. Introdução; 2. Posição da obra e unidades de medida; 3. Métodos e dicas de construção da casa; 4. Memorial descritivo; 5. Escolha e compra de materiais; 6. Passos para implementação do projeto caprichando a morada.

- Caderno 02 - Organização, cooperativismo e associativismo na agricultura familiar.

Esse caderno tinha como objetivo fazer um percurso histórico sobre as organizações da agricultura familiar e suas formas de organização e funcionamento. Estava dividido em seis tópicos, 1. Introdução; 2. Trabalhadores Rurais; 3. A FETRAF-BRASIL/CUT; 4. Cooperativismo e associativismo na agricultura familiar; 5. Organização de grupo e cooperação para novas iniciativas; 6. Projeto Caprichando a morada.¹³

- Caderno 03 - Construindo um ambiente saudável e sustentável.

Esse caderno tinha como objetivo abordar temas relacionados à produção e a preservação do meio ambiente, bem como, orientações de boas práticas para uma melhor qualidade de vida no campo. Estava dividido em dez tópicos, 1. Introdução; 2. Agricultura e meio ambiente; 3. O ambiente no entorno da casa; 4. O jardim; 5. Nossos hábitos: uma questão de saúde; 6. A “farmácia viva” (plantas medicinais); 7. A produção de frutas; 8. As instalações auxiliares; 9. As instalações sanitárias; 10. Projeto caprichando a morada.

- Caderno 04 - Gestão financeira e social da propriedade.

Esse caderno tinha como objetivo tratar tanto da gestão financeira, como das relações sociais na propriedade (mulher, infância, juventude e idosos). Estava dividido em cinco tópicos, 1. Introdução; 2. Gestão da propriedade; 3. O preço do

¹³ Esse tópico se repete em todos os cadernos, por se tratar de um questionário que cada beneficiário respondia depois de cada etapa de formação do projeto social, o qual era destacado do caderno e enviado junto com a lista de presença e fotos, para a prestação de contas e liberação da parcela seguinte dos recursos para a obra/construção da casa. O questionário está no Anexo 01.

trabalho em casa; 4. Relações sociais na propriedade; 5. Projeto caprichando a morada. A Foto 01, a seguir, mostra a sequência dos cadernos.

Foto 01 - Cadernos do projeto social “Projeto Caprichando a Morada”, elaborados no ano de 2013.



Fonte: arquivo pessoal

Sobre o projeto social que acontecia juntamente com o projeto de construção das casas, a Entrevistada nº 05 afirma que “os processos formativos eram muito bons, nós tínhamos as etapas e cada etapa de um processo formativo de encontro e de informação, que para mim esse foi o ponto mais bacana do projeto, era um ponto extremamente importante” (ENTREVISTADA Nº05, 03/11/2019). O Entrevistado 07, segue na mesma linha refletindo sobre a importância do estudo dos cadernos do projeto social: “As etapas tinham que caminhar meio junto porque nós éramos um grupo de 29 beneficiários, tinha uns que queriam desistir e aí nas reuniões recebia as explicações e orientações até que foi conseguido concluir as casas” (ENTREVISTADO Nº 07, 04/11/2019).

Percebe-se que a construção do conhecimento é uma necessidade fundamental no desenvolvimento dos processos organizativos, assim, adquire grande importância o projeto social desenvolvido junto com o projeto de edificação das casas. É preciso compreender a realidade para contribuir de forma mais efetiva e organizada na transformação dessa realidade. Conforme escreve Mao Tse-Tung:

Se se deseja adquirir conhecimentos, é preciso tomar parte na prática que transforma a realidade. Se se quer conhecer o gosto

de uma pêra é preciso transformá-la, prová-la. [...] Todos os conhecimentos autênticos resultam da experiência direta (MAO TSE-TUNG, 2009:18).

Para Mao Tse-tung “O conhecimento desligado da prática é inconcebível”. (MAO TSE-TUNG, 2009:19). Nesse sentido, a partir da experiência direta, da realidade concreta, a prática e o processo de construção das casas se mostrou de grande importância para os sujeitos envolvidos na execução do programa. Conforme mencionado pelo Entrevistado nº 01 “Elevou a qualidade de vida da nossa população, e foi algo que ajudou a questão do desenvolvimento territorial, até melhorou o IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] do nosso município, ele [o IDH], se dá através do desenvolvimento econômico, social, educação, saúde, infraestrutura” (ENTREVISTADO Nº 01, 01/11/2019).

No próximo capítulo, serão apresentados os elementos que surgiram na pesquisa de campo, com aspectos avaliativos sobre a importância do PNHR para o desenvolvimento local e regional, aspectos objetivos e subjetivos associados à conquista da moradia no meio rural.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS ALCANÇADOS - O SIGNIFICADO DA POLÍTICA PÚBLICA NA EXPERIÊNCIA CONCRETA E OS DESAFIOS PARA A HABITAÇÃO RURAL

Neste capítulo serão tratados os aspectos subjetivos e objetivos que apareceram na pesquisa de campo, as novas habitações, as mudanças nas paisagens do meio rural, as manifestações positivas dos (as) entrevistados (as) em relação ao acesso a política pública e a perceptível melhora na autoestima, bem como, as dificuldades que surgiram no decorrer do processo, além de sugestões para o PNHR.

4.1 E com a morada caprichada... "A gente se sente feliz porque a gente tem uma casa boa". (ENTREVISTADA Nº02, 01/11/2019).

Para compreender a importância da política de habitação rural, mais especificamente o PNHR, com o "Projeto Caprichando a Morada", é preciso, primeiramente, descrever como eram as casas de moradia no campo antes do acesso ao programa. Cabe mencionar que, muitas vezes, os animais tinham habitações em melhores condições que os (as) agricultores (as).

Destaca-se que as habitações precárias, bem como o déficit habitacional no campo é histórico no Brasil: "As habitações precárias, que representam menos de 10% do déficit urbano total em 2012, no rural representam aproximadamente 70% do déficit total no mesmo ano" (SILVA, 2014:79).

Em 2014, mesmo com a soma de esforços de todos os atores envolvidos com a política habitacional rural criada em 2009, esse déficit ainda permanecia com uma discrepância entre urbano e rural. "Assim, mesmo com redução da precariedade habitacional, em valores absolutos, a precariedade rural segue maior (31%) que a urbana". (SILVA, 2014:79). Segundo o gestor entrevistado em Bom Jesus do Sul "Em torno de 40% das famílias foram atendidas, e só não foi atendido mais famílias porque era humanamente impossível" (ENTREVISTADO 01, 01/11/2019).

Esse dado corrobora com a afirmação de que o déficit habitacional ainda persiste. Haviam, e embora em menor quantidade, ainda existem casas em péssimas condições, de chão batido, com a estrutura comprometida, algumas inclinadas para o lado, outras sendo firmadas com escoras de madeiras, algumas com muitas frestas, possibilitando a entrada de insetos e bichos peçonhentos, outras sem banheiros com sanitários, tendo somente as privadas de fossa seca, causando mau cheiro, infestação de moscas, contaminação do solo e dos lençóis freáticos. São realidades diversas, insalubres tanto físico quanto psicológica, dado que muitas vezes as famílias têm vergonha de suas residências e condições de vida.

Diante dessa realidade brevemente descrita, percebe-se como o PNHR mudou a paisagem do interior dos municípios da pesquisa, o que foi enfatizado pelos (as) entrevistados (as) na pesquisa de campo. O que se comprova na fala da Entrevistada nº 05:

Acho que ele [o PNHR] mudou a cara do interior, a paisagem do nosso município, quem passava pelo interior antes via um galpão de fumo bonito, estruturado, pintado e uma casa quase caindo. Conseguia uma estrutura de estrebria que o chão era de piso [concreto] e a casa era de chão batido, você inverte essa situação, você passa a ver as pessoas morar bem, morar em com dignidade (ENTREVISTADA Nº 05,03/11/2019).

Segue nessa mesma linha a afirmação do Entrevistado nº 01, ressaltando os aspectos subjetivos do PNHR, considerando o que Paulo Freire escreve sobre subjetividade e objetividade: "Não se pode pensar em objetividade sem subjetividade. Não há uma sem a outra, que não podem ser dicotomizadas". (PAULO FREIRE, 1987:37). Dessa forma, percebe-se a subjetividade na objetividade, quando o entrevistado enfatiza que:

Melhorou a auto estima da nossa população que tem prazer hoje de receber um familiar ou um amigo por este fator positivo. A execução e implantação lá na sua propriedade de uma casa é um sonho de toda a família, ter a casa própria e a qualidade de vida que tem hoje. Isso contribuiu também, para o não favelamento das nossas famílias, para elas não virem se aglomerar próximo da cidade, sendo que se construir a habitação lá [na propriedade], permanecem lá. Essa foi uma das metodologias, das felicidades de nossos governantes de manter a família lá no campo. Eu posso dizer assim, no limite das palavras, que foi um momento de grande felicidade para as nossas famílias da agricultura familiar (ENTREVISTADO Nº 01, 01/11/2019).

Esses aspectos são percebidos também nas falas dos (as) entrevistadas (os), como pode-se perceber nas palavras carregadas de significado, gratidão e expressão de fé da Entrevistada nº02:

Eu dou graças a Deus que eu tenho uma casa, a gente mora e vive tranquilo aqui. A gente foi “beneficiada” graças a Deus, temos uma casa boa por causa do projeto e a gente se sente feliz porque tem uma casa boa. A gente se sente tão bem, porque na verdade, se fosse a gente construir não tinha condições. Hoje a vida mudou, a gente é outra família, a gente tem os bens [móveis para a casa], melhor do que antes (ENTREVISTADA Nº 02, 01/11/2019).

Durante as entrevistas e observação, era possível perceber a alegria, a satisfação e o brilho nos olhos dos (as) beneficiários (as) ao lembrar do processo vivido durante a execução do projeto. Como na expressão do Entrevistado nº 12, que fez parte da direção da ASSINTRAF, e foi contemplado pelo PNHR. “Hoje também estou morando em uma casa de 70 M², que meu filho foi contemplado na época e a gente está morando nessa casa, é uma maravilha o bem-estar de uma família ninguém compra, só a gente que é contemplado sabe disso” (ENTREVISTADO Nº 12, 05/11/2019). E na frase síntese de outro entrevistado: “Claro que a gente ficou contente em ir para casa nova, se não fosse o programa a gente não conseguiria construir uma casa” (ENTREVISTADO Nº 10, 05/11/2019).

Essa mesma alegria e satisfação é percebida nas memórias da Entrevistada nº 13, ao relembrar o processo de conquista e construção da sua casa. Lembra também, dos desafios que enfrentou para garantir essa conquista:

Foi um grande desafio porque na época eram poucas as famílias que tinham recursos porque a gente teve que arrumar uma contrapartida. Vinha 4 mil reais a fundo perdido e a gente tinha que dar uma contrapartida de 3 mil reais que davam um total 7 mil reais “pra” você construir uma casa de 42M², e com esses 7 mil você tinha que construir a casa e pagar a mão de obra por fora disso. Mas, bem apertado a gente foi fazendo e deu “pra” construir a casa que foi uma grande coisa ter uma casa diferente de alvenaria, foi uma satisfação ter uma coisa que você mesmo construiu e conseguiu e lutou “pra” ter esses recursos a partir de uma organização e a partir de um governo que foi ajudando e viu esse outro lado[da agricultura familiar], tinha recurso “pra” todas as outras coisas, mas “pra” construção da casa própria não existia, então foi uma grande conquista (ENTREVISTADA Nº 13, 05/11/2019).

Durante as entrevistas ficou perceptível que as mudanças em todas as dimensões da vida das pessoas e famílias que foram beneficiadas pelo PNHR, são muito mais qualitativas do que quantitativas. Para além do dinheiro a fundo perdido para a construção das casas, também trouxe dignidade de vida para essas famílias como demonstra o relato da Entrevistada nº05:

O programa de habitação é importante porque você viveu uma vida inteira em uma casa de madeira que chovia dentro do seu quarto, quando chovia com vento você tinha que dormir no outro quarto porque o seu quarto praticamente alagou com a chuva. Era uma casa que não tinha estabilidade, aí quando você passa para uma casa bem estruturada, uma casa de material é muito diferente você poder ter uma noite tranquila de sono mesmo com a chuva “pegando” lá fora. Só quem vivenciou isso sabe a diferença que que faz, por isso que às vezes quem tá de fora é difícil avaliar a importância desse projeto (ENTREVISTADA Nº 5, 03/11/2019).

Relato semelhante sobre as condições da casa de madeira é feito por outro entrevistado. “Era de madeira e tudo velho já, passava frio por causa dos buracos que tinha, muita fresta e chovia dentro de casa. Esta [casa] não chove dentro, é outra coisa, um espaço bem melhor e mudou tudo para receber os amigos” (ENTREVISTADO Nº07, 04/11/2019).

Essas falas carregadas de significados traduzem bem a importância de PNHR para quem passou por essas situações com suas casas precárias. Nesta região onde na primavera e verão as tempestades com ventos fortes e granizo são comuns, e ter uma casa que não traz segurança é preocupante demais. Para quem trabalha duro o dia inteiro na roça ter que passar uma noite de chuva forte tentando salvar seus pertences e protegendo sua família de “tormentas” é muito angustiante.

Da mesma forma, ter que enfrentar as temperaturas baixas no inverno, às vezes abaixo de zero, em uma casa com grandes frestas e poucos cobertores é um suplício. Além disso, pode objetivamente contribuir para a instalação de doenças, sejam eventuais ou crônicas, que podem evoluir para quadros graves entre os familiares. A habitação em boas condições é assim, objetivamente, fundamental para garantir a boa saúde das famílias.

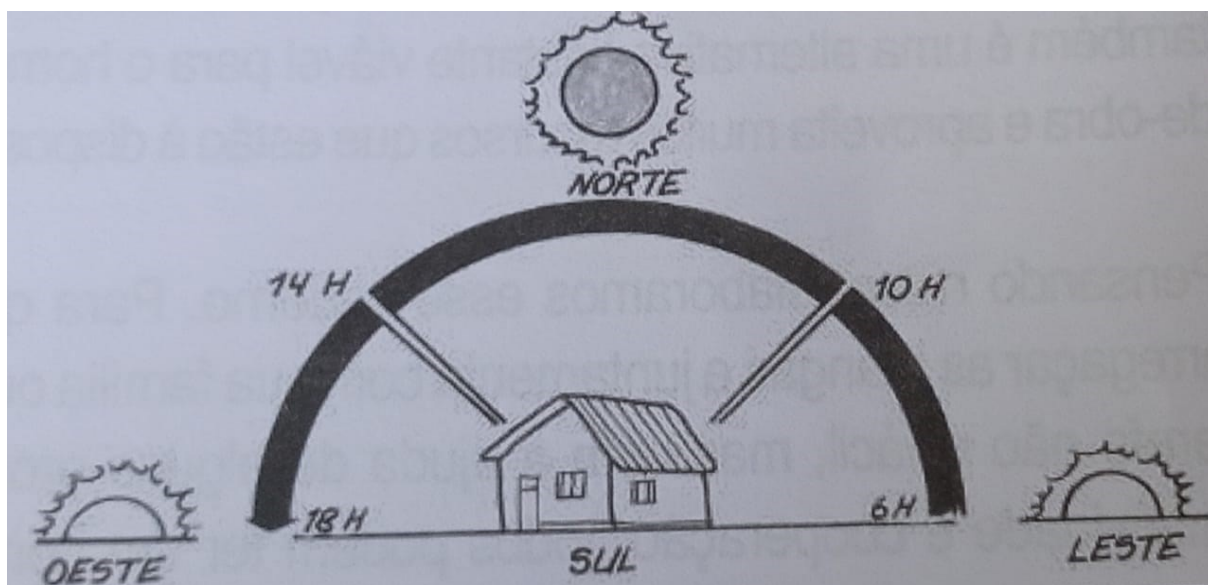
Perceber a subjetividade presente nas falas dos (as) entrevistados (as) é muito importante na análise de todas as mudanças nas vidas das famílias com a

conquista dessa política pública. Compreendendo que “A objetividade dicotomizada da subjetividade, a negação desta na análise da realidade ou a ação sobre ela, é *objetivismo*” (PAULO FREIRE, 1987:37). Nesse sentido, não se pode negar a subjetividade presente na ação concreta desenvolvida através do PNHR.

Outro elemento importante na execução do PNHR era o local da casa nova. Muitas vezes era necessário fazer um trabalho de convencimento do (a) beneficiário (a) para escolha do melhor local e posicionamento da casa, abordando questões como: “Antes de iniciar a construção de uma residência devemos levar em conta a localização no terreno ou na propriedade. Quando desenhamos a planta, por mais básica que ela seja, devemos considerar a posição solar e a localização em relação aos pontos cardeais” (COOPERHAF, Caderno 01, 2013:10).

Conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 06 - posição da casa em relação ao sol.



Fonte: COOPERHAF MATRIZ (2013:10).

Outras questões para as quais precisava ser feito o convencimento e sensibilização em relação a localização da casa nova eram: procurar um lugar seco e bem arejado, buscando uma localização melhor que a da casa velha, num nível mais alto que o nível das estradas, por causa da poeira, pois a maioria das estradas no interior são de terra e/ou cascalho, longe de taludes e de encostas, priorizar um lugar amplo, espaçoso para fazer um belo quintal e jardim.

A seguir apresento algumas imagens com todo o processo de construção das casas, as imagens não são das mesmas casas, mas, mostram as diversas fases da

construção. Nas fotos 06 e 08 as casas velhas estão em destaque, nelas também é possível perceber que as recomendações acima elencadas, foram seguidas nas construções das casas novas.

Foto 02 – Casa Velha



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Foto 3 – Local da Casa Nova



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Foto 04 – Base da casa nova



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Foto 05 – Construção da Casa Nova



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Foto 06 - Casa de 54 M² PNHR



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

Foto 07 - Casa de 54 M² PNHR



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

Foto 08 - Casa de 60 M² PNHR



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

Foto 09 - Casa de 60 M² PNHR



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

Foto 10 - Casa de 70 M² PNHR



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

Foto 11 - Casa de 60 M² PNHR



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

Foto 12 - Beneficiado em 2004/2021



Fonte: entrevistada nº04, 18/10/2021.

Foto 13 - Beneficiado em 2011/2021



Fonte: entrevistada nº05, 17/10/2021.

Existe um ditado popular que diz “Uma imagem fala mais que mil palavras”. Assim, as imagens das casas novas não deixam dúvidas em relação à mudança ocorrida nas propriedades a partir do acesso ao PNHR. As fotos acima são de casas e momentos diferentes, as fotos 04 e 05 são de casas que estão finalizando a obra, ou seja, as famílias ainda não estão morando nessas casas.

As fotos 06 e 07 são de casas em que as famílias estão morando há pouco tempo, estão começando a organizar as casas. Já as fotos das casas 08 e 09, onde as famílias estão morando há alguns anos, percebe-se que foram feitas melhorias e ampliações, estão com jardins e pomares formados. As imagens mostram que, de fato, as “moradas estão caprichadas”, parafraseando o “projeto caprichando a morada”. Outro elemento a se considerar em relação a construção das casas novas, é que também contribui para agregar valor às propriedades rurais, uma vez que faz toda a diferença nos valores o tipo de habitação existente numa propriedade.

No próximo subitem 4.2, serão abordadas algumas das dificuldades encontradas no decorrer do processo de execução do PNHR.

4.2. As dificuldades no processo... “Fico sentido porque muitos companheiros ficaram sem uma casa por questão de documentação...” (ENTREVISTADO Nº 12, 05/11/2019).

A pesquisa de campo demonstrou que a maior dificuldade no acesso a política pública estudada foi a documentação, o que já se percebia no processo de implementação do PNHR nos três municípios. A grande maioria dos (as) agricultores (as) agilizavam a questão da documentação e não tinham problemas quanto a isso, como se evidencia na fala da beneficiária nº 02. “A gente correu atrás certinho, e quando saiu deu tudo certo” (ENTREVISTADA Nº 02, 01/11/2019).

Contudo, muitas pessoas que buscavam a PNHR não tinham nem CPF, outras precisavam buscar a segunda via de certidão de nascimento ou de casamento. Em relação aos documentos da terra, os problemas mais recorrentes eram os documentos de posse: escritura da terra, registro, contrato de compra e venda, documentos a inventariar. Em relação aos agentes financeiros/bancos, os problemas mais comuns eram: não ter conta bancária, pendências e/ou débitos junto à instituição.

Para muitos (as) candidatos (as) a beneficiários (as) a busca pela política pública terminava onde começavam os problemas com documentação, porque muitas vezes, mesmo tendo interesse e necessidade de acessar o PNHR, encontravam dificuldades de resolver os problemas, por mais simples que parecessem, como a solicitação do CPF.

Por outro lado, haviam os representantes da entidade organizadora que se sensibilizavam e por sua militância e vontade de fazer acontecer a política pública, de garantir que essas pessoas não ficassem à margem de tão importante programa, muitas vezes, colocavam as pessoas em seus carros particulares e as levavam, acompanhavam, orientavam e auxiliavam no encaminhamento e resolução dos problemas referentes à documentação, garantindo assim, seu acesso ao PNHR.

Mas essa “disposição” em auxiliar as pessoas era de acordo com o grau de envolvimento das (os) representantes das entidades na execução do programa, porque nem todas (os) agiam dessa forma. É importante ressaltar que essa “disposição” dos seus quadros dirigentes e trabalhadores (as) não era atribuição da entidade organizadora, era atribuição das (os) interessadas (os) em acessar o PNHR.

Percebeu-se, também, que os atores envolvidos no projeto tinham conhecimento e valorizavam a seriedade do programa, como enfocou o Entrevistado nº 01:

Foi um dos melhores programas que eu já vi executar. Uma política séria para que as famílias pudessem se enquadrar tinha um *checklist* da documentação. (...) então a gente enfrentava algumas dificuldades com a documentação do imóvel ou pessoal. Para o agente financeiro dar o comando da liberação de recursos, a documentação tinha que estar em dia do começo ao fim (ENTREVISTADO Nº 01,01/11/2019).

Essa observação é muito importante, porque nem a entidade organizadora, nem as (os) beneficiárias (os) recebiam os recursos referentes à habitação, o recurso era transferido diretamente do agente financeiro para as lojas de materiais de construção devidamente cadastradas para fornecer os materiais nos locais de construção das casas.

Em Flor da Serra do Sul, o entrevistado nº 12 fala da tristeza em saber que muitas famílias que precisavam acessar o PNHR ficaram fora desse programa tão importante. Ele cita como um dos principais empecilhos para o acesso a questão da documentação. Nas palavras dele:

Fico sentido porque muitos companheiros ficaram sem uma casa por questão de documentação, porque às vezes não tinha escritura, era arrendatário, claro que se encaixava bastante, mas muitos ficaram de fora, inclusive eu tive que emancipar o meu filho na época para sair a habitação (ENTREVISTADO Nº 12, 05/11/2019).

Outra dificuldade percebida no processo de implementação e execução do PNHR, era o trabalho em grupos, pois, só era possível acessar o PNHR em grupos, ou seja, o acesso à política pública se dava de forma coletiva, e trabalhar processos coletivos com pessoas que vivem numa sociedade que prega o individualismo é muito desafiador. Também demandava um processo longo de desconstrução da cultura do individualismo, tão presente no nosso meio. Essa reflexão é feita pela Entrevistada nº 05, que por ser liderança sindical, sentiu na pele as dificuldades na condução do processo de constituição dos grupos coletivos. Nas palavras dela:

Trabalhar processos administrativos coletivos é difícil! É algo que gera bastante empenho, vivemos numa sociedade que nos individualiza tanto, que mesmo um programa tão bom quanto esse da habitação, o fato dele ser coletivo é extremamente importante, mas ele se torna extremamente difícil, porque as pessoas estão acostumadas com o individualismo de se salvarem fazendo tudo sozinhos, então a gente aceita esse desafio (ENTREVISTADA Nº05, 03/11/2019).

Muitos agricultores se moviam na busca dessa política pública pelo interesse imediato de construir uma casa nova e não demonstravam interesse e nem “paciência” com a formação dos grupos. Acabavam desistindo logo no início, quando percebiam que precisavam estar minimamente organizados nos grupos e que todos precisavam cooperar, fazer a sua parte desde o início até a conclusão do projeto.

No município de Bom Jesus do Sul, cerca de 500 famílias se inscreveram no programa e desse total, em torno de 40% acessaram o PNHR, muitas que não

acessaram tiveram problemas de enquadramento nos critérios, outras tinham problemas com documentação pessoal ou da propriedade. Nos demais municípios não foi possível obter essa informação.

Na próxima seção 4.3 serão trabalhadas a avaliação do processo de implementação do “Projeto caprichando a morada”, e também algumas sugestões para uma possível continuidade ou retomada da política pública estudada.

4.3 Avaliação e sugestões para o PNHR...“Que os governantes lembrassem mais dos pobres, dos trabalhadores” (ENTREVISTADA Nº 02, 01/11/2019)

Como esse trabalho se propôs desde o início a trazer a fala dos sujeitos da pesquisa, aqui serão priorizadas as falas dos (as) entrevistados (as), com os elementos de avaliação e sugestões para o programa estudado. Conforme se observa na expressão entusiasmada de um jovem beneficiado com o PNHR “Bom, muito bom, a minha opinião era que continuasse o programa e que outros fossem beneficiados” (ENTREVISTADO Nº 11, 05/11/2019).

Esse jovem beneficiado é a terceira geração da mesma família a ser beneficiada com o PNHR. Percebe-se assim, a importância do PNHR como uma política pública que contribui para a resolução de um grande problema enfrentado hoje na AF, que é a problemática da sucessão familiar. Conforme avalia o entrevistado nº 03:

A gente vê muita juventude que hoje em dia do jeito que está, não tem mais aquele apoio, não tem condições. Então acho que uma maneira dos filhos dos agricultores ter vontade de permanecer no campo, é essa política de habitação, acho que seria importante continuar ou voltar, para que os filhos dos agricultores voltem a ter interesse na agricultura (ENTREVISTADO Nº 03, 02/11/2019).

A avaliação do entrevistado 03 segue nessa mesma linha, em relação aos incentivos para a permanência dos jovens no campo, formando suas famílias e trabalhando na AF. Nas palavras dele:

A gente sabe de casos em que o jovem estava pensando em se casar e aí já se inscreviam, construíram a casa, casados e com uma

casa de alvenaria, uma casa decente. O que acontecia muitas vezes? O jovem casado ia morar junto com o sogro, com os pais, às vezes não dava certo e iam “pra” cidade arrumar emprego e um cantinho “pra” viver (ENTREVISTADO Nº03, 02/11/2019).

Percebe-se assim, a importância estratégica que tem uma política pública como a da habitação, para manter os jovens no campo, contribuindo para reduzir os índices de envelhecimento no campo. Segundo o Coordenador do último censo rural realizado em 2017, o Sr: Antonio Florido pontua que:

Em 2006, quando foi realizado o último censo rural, as pessoas com mais 65 anos representavam 17,52% da população do campo. Hoje, esse grupo gira em torno de 21,4%. A faixa etária entre 55 e 65 anos também aumentou quatro pontos percentuais, passando de 20% para 24% do total. Em contrapartida, o agrupamento entre 35 e 45 anos de idade encolheu de 21,93% para 18,29% da população rural e os jovens entre 25 e 35 anos, que representavam 13,56% do campo em 2006, hoje são apenas 9,48%. “Detectamos também um aumento do número de recursos de aposentadorias e pensões no campo, o que reforça os dados de faixa etária confirmando que a população rural envelheceu, mesmo” reforçou o coordenador da pesquisa (IBGE/Embrapa, 2017).

O Entrevistado 03 também aborda outros elementos subjetivos que são percebidos quando um jovem tem acesso a uma casa digna, nas palavras dele “Se você tem uma casa decente para morar você se estimula a trabalhar e buscar outras políticas, se você não tem uma moradia decente aí fica difícil” (ENTREVISTADO Nº 03, 02/11/2019). Quando o entrevistado diz “aí fica difícil” é porque é desestimulante e desencorajador para o jovem ficar no campo morando em condições precárias, muitas vezes inferiores às dos animais¹⁴.

Esses mesmos elementos estão presentes nas reflexões da entrevistada nº13, quando avalia que:

Foi importante sim, porque quando você andava pelo interior você via casa caindo e a partir desse programa de habitação rural a gente passava pelo interior e via quantas casas bonitas, modelos diferentes, e até com mais ânimo, o pessoal até fez o seu jardim a aparência da propriedade mudou totalmente. Então mais gente ficou no campo, mais jovens ficaram no campo, a partir da habitação conseguiram construir sua própria casa, quantos casais fizeram casa

¹⁴ Destaca-se que antes do PNHR, as organizações da AF haviam conquistado linhas de crédito para a construção de chiqueiros, estábulos, aviários, como já foi mencionado nesse trabalho.

nova e ficaram no campo, se não essas pessoas iriam todas “pra” cidade porque ninguém tinha condições de fazer sua casa no campo (ENTREVISTADA, Nº 13, 05/11/2019).

Da mesma forma, a jovem dirigente avalia a importância dessa PP para a sucessão familiar ao afirmar que: “Quanto a sucessão familiar, a gente às vezes invisibiliza algumas coisas básicas, mas extremamente importantes, várias casas que saíram para jovens solteiros ou recém-casados, no intuito de apostar no jovem na agricultura” (ENTREVISTADA Nº 05, 03/11/2019).

A mesma percepção da importância do PNHR para a sucessão familiar e permanência dos jovens no campo é abordada pelo Entrevistado nº 06, o qual traça o seguinte panorama sobre o PNHR e sua multiplicação nas propriedades rurais, onde aconteceram situações em que os pais autorizavam o filho a construir habitação ou o filho autorizava os pais a construir sua habitação, possibilitando o processo geracional na propriedade. Nas palavras do entrevistado:

A motivação do homem do campo em produzir alimento, produzir comida, que tem uma parcela no processo de desenvolvimento do nosso país, da economia e da qualidade de vida do país. Quando veio a habitação, ela veio no momento importante, nesse processo de habilitação, teve situações em que passou de pai para filho, o pai já tinha uma casa, conseguir fazer a casa para o filho, a habitação ela trouxe a dignidade para o homem do campo, para o filho do homem do campo trouxe a dignidade, para ele trouxe a autoestima de poder receber o parente, amigo, vizinho ou de morar, as festas de final de ano, as festas de aniversário, de poder acolher e assim permanecer com mais dignidade, uma expectativa melhor, uma autoestima melhor que a casa trouxe para nós (ENTREVISTADO Nº 06, 04/11/2019).

Em relação a essas observações em relação às questões geracionais que o PNHR possibilitou, pude perceber quando estava fazendo a pesquisa de campo, porque tive a oportunidade de entrevistar três gerações que acessaram o PNHR, o filho que é o Entrevistado nº 09, o pai/avó Entrevistado nº 10 e o neto Entrevistado nº 11, por acaso as entrevistas foram na mesma ordem de acesso ao PNHR.

As avaliações acima pontuadas abordam mais especificamente a importância do PNHR para a juventude rural e a sucessão familiar. Considerando, que esses aspectos em relação a juventude foram trazidos por entrevistados (as), que além de beneficiários (as) também foram parte da direção da ASSINTRAF, o que lhes

permite fazer uma avaliação dos aspectos subjetivos que podem passar despercebidos, quando avaliados pelos beneficiários de forma geral.

As demais avaliações e sugestões abordam questões mais gerais, mas, não menos importantes. Como se percebe nas palavras da Entrevistada nº 02: “Sugestão é que voltasse esse programa [o PNHR], a gente sente por que tem tanta gente que queria ter uma casa que nem a gente tem, e não conseguiu por causa desse governo que cortou” (ENTREVISTADA Nº 02, 01/11/2019).

A alegria na fala do Entrevistado nº 08, quando fala das mudanças na vida depois da construção da casa nova.

Imagina muda, quanta gente que se não fosse esses planos [PNHR] jamais entraria em uma casa nova. É bom “pra” todos na verdade, claro ter uma casa cheio de frestas ou buracos não é bom, é a mesma coisa que você ter uma estrebaria bem ruim e caindo os pedaços para tirar leite e construir uma estrebaria nova e bem caprichada, pois é a fonte de seu trabalho, aí você entrar dentro de um paiol ou de uma casa muda totalmente. Ah, de modo geral toda e qualquer pessoa que nunca iria conseguir uma casa e conseguiu, tem uma casa digna, tem onde morar se não fosse isso daí [PNHR] estaria morando em um ranchão (ENTREVISTADO Nº 08, 04/11/2019).

Quando o beneficiário diz que “é bom para todos”, ele se refere tanto às famílias que acessaram o PNHR, quanto a sua família em especial, pois ele tem quatro filhos pequenos e a casa que morava era muito pequena para a família, hoje poder oferecer uma casa digna e confortável para os filhos é a maior satisfação para os pais.

Da mesma forma para o Entrevistado nº 09, ao falar do sentimento ao mudar para a casa nova, com brilho nos olhos diz que:

O sentimento é muito bom de ir para uma casa nova, casa nova é sempre uma casa nova, a casa que eu morava nem era minha, era do meu sogro e minha sogra, toda de madeira, e já tinha quase quarenta anos e mudar para uma casa nova é sempre uma gratificação. A minha casa era de madeira e tinha cupim e tal era até perigoso morar para dizer assim, era uma casa alta de porão e com os cupins (ENTREVISTADO Nº 09, 05/11/2019).

São tantos os fatores que podem colocar as estruturas de uma casa em risco, mas, talvez a mais invisível e silenciosa seja a infestação de cupins. Com certeza as palavras não conseguiram dar a dimensão do que significa sair dessa situação angustiante e mudar para uma casa segura.

Para o Entrevistado nº10, “Este plano de construção [de casas] foi muito bom, o governo deveria ter feito muito antes nesse programa” (ENTREVISTADO Nº 10, 05/11/2019). Ele tem como sugestão “Que continuasse e que outros pudessem aproveitar”. A constatação do entrevistado reafirma o que já foi mencionado neste trabalho, que historicamente os povos do campo foram negligenciados em relação às políticas públicas.

O Entrevistado nº 03, traz elementos de análise política do momento que o Brasil atravessava no ano de 2019, quando a pesquisa de campo foi realizada.

“Acho que é uma pena que esse lado [trabalho] social dos governos foi interrompido. Não era tudo aquilo que nós queríamos, eu acho que tinha muita coisa ainda para ser construída, mas, aí, ao invés de continuar a construção houve um retrocesso, se destruiu aquilo que já tinha se conseguido, a sociedade parece muito por isso, o povo mais pobre paga muito caro por isso, na que na verdade é quem tá pagando a conta” (ENTREVISTADO Nº 03, 02/11/2019).

O Entrevistado nº 04 faz essa análise da conjuntura política, por ser uma liderança sindical, fundador e primeiro presidente da ASSINTRAF, o qual também foi beneficiado pelo PNHR: “Na verdade, isso [o PNHR], só foi possível porque nós tivemos governos que olharam para nós de uma forma diferente, até então nós não existíamos.

Não existíamos enquanto categoria de agricultores familiares” (ENTREVISTADO Nº 04, 02/11/2019). O entrevistado lembra também da satisfação em fazer parte dessa história de muitos desafios, mas, de conquistas importantes para a AF e de como a vida dos (as) beneficiários (as) mudava totalmente com o acesso ao PNHR. Conforme relato do mesmo:

Foi uma coisa muito, muito interessante como entidade, e principalmente eu que coordenei os primeiros anos da habitação, o quanto a gente se emocionava, quando a gente via muitos agricultores que estavam com as casas escoradas para não cair, de

repente, poder entrar dentro de uma casinha bem-feita, uma casinha boa, e poder ver a vida transformada assim, porque era uma realidade que mudava totalmente (ENTREVISTADO Nº 04, 02/11/2019).

Em todos os relatos as afirmações da importância dessa política pública para a AF são perceptíveis como ela transformou as vidas e as realidades das famílias beneficiadas, tanto por parte das lideranças que têm a compreensão do todo da política habitacional, como pelos (as) beneficiários (as) que têm a compreensão da parte da política habitacional, ou seja, a parte do acesso propriamente dito. Como pode-se perceber na fala do Entrevistado nº 07:

Temos avaliação de que aqui mudou muito, era de os políticos voltar com esse programa, que viesse um pouco mais de recurso até uns R\$ 35.000,00, também não é fácil se viesse essa quantia ficaria mais fácil para os outros que ainda não tem, R\$ 28.500,00 já é uma grande ajuda mas se viesse R\$ 35.000,00 hoje ajudaria muito mais (ENTREVISTADO Nº 07, 04/11/2019).

O Entrevistado se refere aos recursos financeiros que vinham para a construção das casas novas e, como em 2019 o Brasil já enfrentava uma grave crise econômica com o aumento do preço dos materiais de construção e da mão de obra, seria impossível construir uma casa tendo como referência os valores destinados para o PNHR no último ano de execução do programa.

Por outro lado, alguns beneficiários afirmam que “não há o que reclamar” em relação a execução da política pública “Hoje quem está com a casa feita, não tem do que reclamar, é maravilhoso, pior é quem sonharia e não consegue” (ENTREVISTADO Nº 08, 04/11/2019).

Essa constatação de que “Hoje ninguém consegue”, também é recorrente em todas as entrevistas realizadas na pesquisa de campo. O momento das entrevistas da pesquisa de campo, também possibilitou as lideranças “fazer um balanço” do histórico da luta pela conquista dessa importante e necessária política pública, como se evidencia nessa afirmação: “Acho assim, que quem foi beneficiado vai ter que reconhecer, vai ter que lembrar que isso só foi possível pela realização de uma

análise de uma categoria, de lideranças que correram atrás disso e que fizeram isso acontecer” (ENTREVISTADO nº 03, 02/11/2019).

Essa reflexão se dá em meio a uma triste constatação sobre os retrocessos que estavam ocorrendo no ano da realização da pesquisa.

A Figura seguinte é de um momento muito importante no processo de execução do PNHR. “O dia da entrega das casas”. Também chamado de “dia de campo ou de confraternização”. Era um momento importante para todos os atores envolvidos no processo, porque simbolicamente significa o fim de um ciclo. Nesse dia era realizada uma reunião na parte da manhã com composição de mesa e falas de autoridades presentes, representantes das entidades da AF, representantes do poder público local, representantes da comunidade que está sediando o encontro.

No momento seguinte era feito um diálogo para tirar dúvidas sobre possíveis pendências nas habitações, as quais têm prazo para serem resolvidas. Geralmente os parceiros ofereciam um almoço para todos (as) os (as) participantes. Como último momento era feito uma dinâmica de avaliação do processo, para que os (as) beneficiários (as) expressassem suas impressões do processo como um todo. No entanto, muitos (as) beneficiários (as) permaneciam o tempo todo em silêncio, ou seja, não se manifestavam em um dos momentos considerados mais importantes, porque suas avaliações serviriam para melhorar a condução dos trabalhos com os grupos seguintes.

Buscando uma maior interação entre todos (as) foi planejada a “Dinâmica da Teia” organizada pelas lideranças da ASSINTRAF. A dinâmica consistia em pegar uma bola pequena e enrolar uma grande quantidade de fio ou linha, fazer um círculo e a educadora popular que contribuía com esse momento explicava como funcionaria.

Primeiro refletindo sobre a simbologia do círculo, onde todos e todas tinham a mesma importância no processo, ninguém estava acima de ninguém, estavam lado a lado, ombro a ombro, depois explicava como funcionava a dinâmica. Quem estava de posse da bola segurava uma ponta do fio e jogava a bola para frente, para que outra pessoa pegasse a bola, e quando a pessoa pegava a bola tinha que falar uma palavra ou uma frase sobre o significado, ou a importância, ponto positivo, ponto negativo, o que sentisse vontade de falar em relação ao PNHR.

Depois que a pessoa falava, ficava segurando “firme” o fio e jogava a bola novamente, até que todos e todas que estavam no círculo falassem. Esse momento fazia emergir as impressões mais subjetivas dos sujeitos do processo.

Algumas palavras ou frases que apareciam com frequência eram: “A realização de um sonho”; “Só agradecer quem correu atrás e conseguiu essa casa pra nós”; “Muita alegria ter uma casa nova e bonita”; “A gente não tem palavras para agradecer”; “Agradecer a Deus pela casa nova”; “Ansiosa “pra” fazer a mudança “pra” casa nova”. Depois que todas e todos falassem, era realizada uma reflexão sobre a teia que havia sido construída dentro do círculo, e eram convidados (as) a pensar sobre a “teia” de relações que o processo de execução do “Projeto caprichando a morada” proporcionou.

Outra questão importante que era trazida nesse momento era que essa teia que estava no círculo, onde cada um segurava/sustentava para não se desfazer, era o que estava visível, o que era percebido por todos e todas. No entanto, havia uma outra “teia invisível” aos olhos, que foi sendo construída, que era a teia das relações, a teia das amizades, a teia do conhecimento que os cadernos de estudo do projeto social proporcionaram, a teia da construção do processo coletivo, pois, era um projeto executado em grupos, onde muitos aprendizados foram sendo construídos.

Essa “teia invisível” é a subjetividade do processo, e, mesmo com o encerramento desse ciclo, permanecerá viva nas memórias e nas histórias de vida de todos e todas os (as) envolvidos (as). Conforme imagem a seguir:

Foto 14- Dinâmica da “teia”



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

O último, e não menos importante momento do dia de campo, era a entrega da casa nova para uma família, representando simbolicamente, a entrega de todas as casas para todas as famílias do grupo. E, para registro era garantido a foto oficial da entrega, com todos (as) os (as) participantes.

Foto 15- Entrega oficial da casa nova



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

Inspirados em Paulo Freire, quando escreve que “A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles” (PAULO FREIRE, 1987:53). Assim, o processo de formação do projeto social buscava contribuir para a tomada de consciência dos(as) beneficiários(as) para que compreendessem que precisavam se organizar de forma coletiva na luta por direitos, na busca por sua libertação, no entanto, percebeu-se que esse objetivo não foi atingido, ou foi parcialmente atingido, porque no decorrer do “Projeto Caprichando a Morada” muitas famílias beneficiárias começaram a perceber que os benefícios na área da saúde, previdência, agricultura, não foram “dados” por governos mais sensíveis e generosos para com o povo, mas, foram conquistas de lutas que se estenderam por anos, as vezes décadas.

Esperava-se que houvesse também um engajamento dos beneficiários junto às organizações da AF ancorados em Paulo Freire, ao afirmar que, “a presença dos

oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudoparticipação, é o que deve ser: engajamento” (PAULO FREIRE, 1987:56).

No entanto, esse engajamento não aconteceu como se esperava, para isso o projeto social ou o processo formativo precisaria ser mais qualificado e com objetivos e intencionalidade que se conseguiria a médio e longo prazo, porque o tempo de “edificação da consciência” é maior do que o tempo de edificação de uma casa. Os tempos e processos precisam ser considerados e respeitados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa deste trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar os aspectos objetivos e subjetivos da política habitacional, mais especificamente, do Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR. Tendo como entrevistados (as) os (as) beneficiários (as) do "Projeto Caprichando a Morada".

O percurso metodológico foi embasado no referencial teórico sobre história oral e observação participante, com roteiro semiestruturado, buscando evidenciar as “vozes” dos (as) beneficiários (as) da PP, para ser fiel à riqueza das falas e reflexões que a pesquisa de campo colheu. Optei por não fazer somente a interpretação dessas falas, porque cada um interpreta o mundo a sua maneira, a partir do chão onde pisa, e correria o risco de não ser fiel às leituras dos (as) beneficiários (as) sobre a política pública estudada.

Durante a pesquisa do referencial teórico buscou-se fazer a contextualização da região sudoeste e dos três municípios onde a pesquisa de campo foi realizada. Os municípios têm como base da economia a Agricultura Familiar, assim, as políticas públicas voltadas para a AF adquirem especial importância para o desenvolvimento local e regional, fomentando a economia local nas mais diversas áreas, pois, buscava-se priorizar o comércio local para a compra de materiais, desde materiais de construção a móveis e eletrodomésticos para as casas novas.

Outros elementos abordados foram as políticas públicas e o ciclo das políticas públicas, percebeu-se a importância da política pública de habitação rural, como também, percebeu-se que houve por parte do governo federal a extinção dessa política, sem ter sido suprida uma grande demanda por moradia no campo nos moldes da política pesquisada. Contudo, foi possível constatar que os atores envolvidos na política pública nos municípios da pesquisa não mediram esforços para que houvesse um maior número de famílias beneficiadas com o PNHR.

O que atualmente existe é uma linha de crédito dentro do PRONAF, denominada de PRONAF Habitação, que é uma linha de financiamento que exige as garantias de um crédito normal de investimento, o que inviabiliza o acesso para muitos dos (as) entrevistados (as). Assim, uma grande parcela da população do campo, desprovida de garantia junto aos bancos, não tem acesso ao financiamento, gerando impactos na economia local e regional. Infelizmente, muitas das famílias

que não conseguiram acessar o PNHR ainda vivem em condições precárias de moradia e de renda, sendo essas pessoas as que mais precisam e não conseguem se enquadrar nos programas, ficando à margem dessa e de outras políticas públicas.

Na análise dos resultados alcançados com a experiência concreta do PNHR, pode-se afirmar que as avaliações dos (as) beneficiários (as) foram unânimes em relação a importância de uma política pública que chegou nos mais longínquos rincões do nosso interior, provocando mudanças em todas as dimensões da vida, assim, as falas dos (as) entrevistados (as) mesmo que fazendo avaliação do processo, também são permeadas pela subjetividade. No decorrer do processo de implementação do PNHR nos três municípios pesquisados, as pessoas estavam construindo uma casa e a perspectiva com os estudos dos cadernos do projeto social, era de que quando mudassem para a casa nova, a transformariam em um lar.

Os aspectos subjetivos da política pública estudada foram fartamente apresentados na análise dos resultados, como evidenciou-se nas entrevistas e na dinâmica de avaliação denominada “Dinâmica da Teia”. Dentre tantas palavras e frases que eram ditas nesse momento especial, recordo-me de um depoimento emocionado de uma senhora com mais de 80 anos de idade que estava tendo acesso a uma casa nova. Ela disse “Eu nunca pensei que “ia” ter na vida, uma casa boa “pra” morar, agora no finalzinho da vida, eu tenho uma casa nova e até com banheiro dentro”. Infelizmente as palavras não conseguem descrever a alegria na expressão e o brilho nos olhos daquela idosa.

Esse campo de pesquisa mostrou-se um terreno fértil para novos estudos, que um/uma bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, pode se desafiar a percorrer, desenvolvendo novas pesquisas, que visem fomentar as políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa que produz mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Em relação ao PNHR, podem ser realizadas inúmeras pesquisas com os (as) beneficiários (as) do “Projeto Caprichando a Morada”, entre as possibilidades de novas pesquisas podem ser elencadas algumas: Analisar quais foram as aprendizagens que o projeto social proporcionou aos (as) beneficiários (as) e suas famílias; Perceber se as famílias que acessaram o PNHR se sentiram motivadas a buscar outras políticas públicas destinadas à agricultura familiar e a produção de alimentos; Analisar como acontecem as relações de gênero e geração nas famílias

beneficiadas pelo PNHR, se as mulheres e jovens participam da gestão e decisões sobre os recursos oriundos da produção na propriedade, entre outras pesquisas.

Mas, também, pode-se pensar no importante papel dos bacharéis de DRUSA na colaboração de equipes que proponham Projetos de habitação, atuando junto às organizações sociais ou instituições públicas que apoiam os projetos e planejamento da casa nova e que buscam fortalecer relações sociais nas comunidades rurais, como as relatadas no PNHR.

Diante da pesquisa aqui relatada fica uma pergunta: É possível mensurar, atribuir nota a essa política pública? Nesse sentido, o Entrevistado nº01 é enfático ao dizer que: “Dá de avaliar dizendo que foi um programa nota 10” (ENTREVISTADO Nº 01, 01/11/2019). É com manifestações como essa que se percebe a importância dessa política pública, como ficou comprovado pela pesquisa de campo deste trabalho, a qual levou aos povos do campo, mais do que uma casa nova, levou qualidade de vida, novas perspectivas para a agricultura, mas, sobretudo, levou dignidade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena, Manual de historia oral - 3 ed. rev. atual - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ASSINTRAF, Associação Institucional da Agricultura Familiar de Barracão, Bom Jesus do Sul e Flor da Serra do Sul.

BANCO DO BRASIL, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR): disponível em [https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/financiamentos/financiar-imoveis/programa-nacional-de-habitacao-rural-\(pnhr\)#/](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/financiamentos/financiar-imoveis/programa-nacional-de-habitacao-rural-(pnhr)#/), acesso em 03 de outubro de 2021.

BARRACÃO, Município promove programa de incentivo à produção leiteira: disponível em: < <http://barracao.pr.gov.br/?p=11770>>, acesso em 28 de outubro de 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. STRECK, Danilo Romeu. (Org.) Pesquisa Participante: O saber da partilha. 2. ed. Aparecida : Idéias & Letras, 2006.

BRASIL, Constituição(1988). Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994 - Ed. Atual. Em 2000. – Brasília: Senado Federal, Gabinete do 4º Secretário, 2000.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm>, acesso em 23/08/2019.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>, acesso em 23/08/2019.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm> acesso em 08 de novembro de 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> acesso em 23 de outubro de 2020).

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212compilado.htm>, acesso em 16 de outubro de 2021.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>, acesso em 16 de outubro 2021.

CEF, Caixa Economica Federal-CAIXA: disponível em, <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/caderno_de_orientacao.pdf>, acesso em 24 de setembro de 2021.

COOPERHAF, Projeto Caprichando a Morada, Caderno 01,02,03,04, material elaborado pela COOPERHAF MATRIZ, 4ª edição, ano 2013.

EBC, Programa de Habitação Rural já beneficiou 76 mil famílias : disponível em <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-18/programa-de-habitacao-rural-ja-beneficiou-76-mil-familias>, acessado em 30 de setembro de 2021.

EMBRAPA, Sem renovação, população rural brasileira envelhece, <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/34653595/sem-renovacao-populacao-rural-brasileira-envelhece>>, acesso em 15 de setembro de 2021.

IPARDES, Caderno Estatístico Município de Barracão, disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85700&btOk=ok>, acesso em 17 de outubro de 2021.

IPARDES, Caderno Estatístico Município de Bom Jesus do Sul, disponível, em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85708&btOk=ok>, acesso em 17 de outubro de 2021.

IPARDES, Caderno Estatístico Município de Flor da Serra do Sul, disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85618&btOk=ok>>, acesso em 17 de outubro de 2021.

IPARDES, Os Vários Paranás: Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades, <http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades_2009.pdf>, acesso em 17 de outubro de 2021.

FRANÇA, Karla Christina Batista de. Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte: análise do programa Minha Casa, Minha vida, URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2015 set/dez. 7(3), 325-339.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia, v.14, n. 28, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 37 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRISA, Catia; KATO, Karina; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. Carlos Miranda (Organizador da Série). Brasília. : IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).

MAO, Tse-Tung. Sobre a prática – Sobre a contradição. 1. Ed., 4. Reimpressão. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Gabriel Anibal Santos de. A Política Habitacional Brasileira e a Habitação Rural: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul, RS-Brasil. Globalização em Tempos de Regionalização - Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

ROVER, Oscar José. MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. Revista Katál, Florianópolis, V. 13, nº 2, p. 260-269.2010.

SECCHI, Leonardo, Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos-2. ed. - São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SECCHI, Leonardo, Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções, práticos-2. ed - São Paulo: Cengage Learning, 2016.

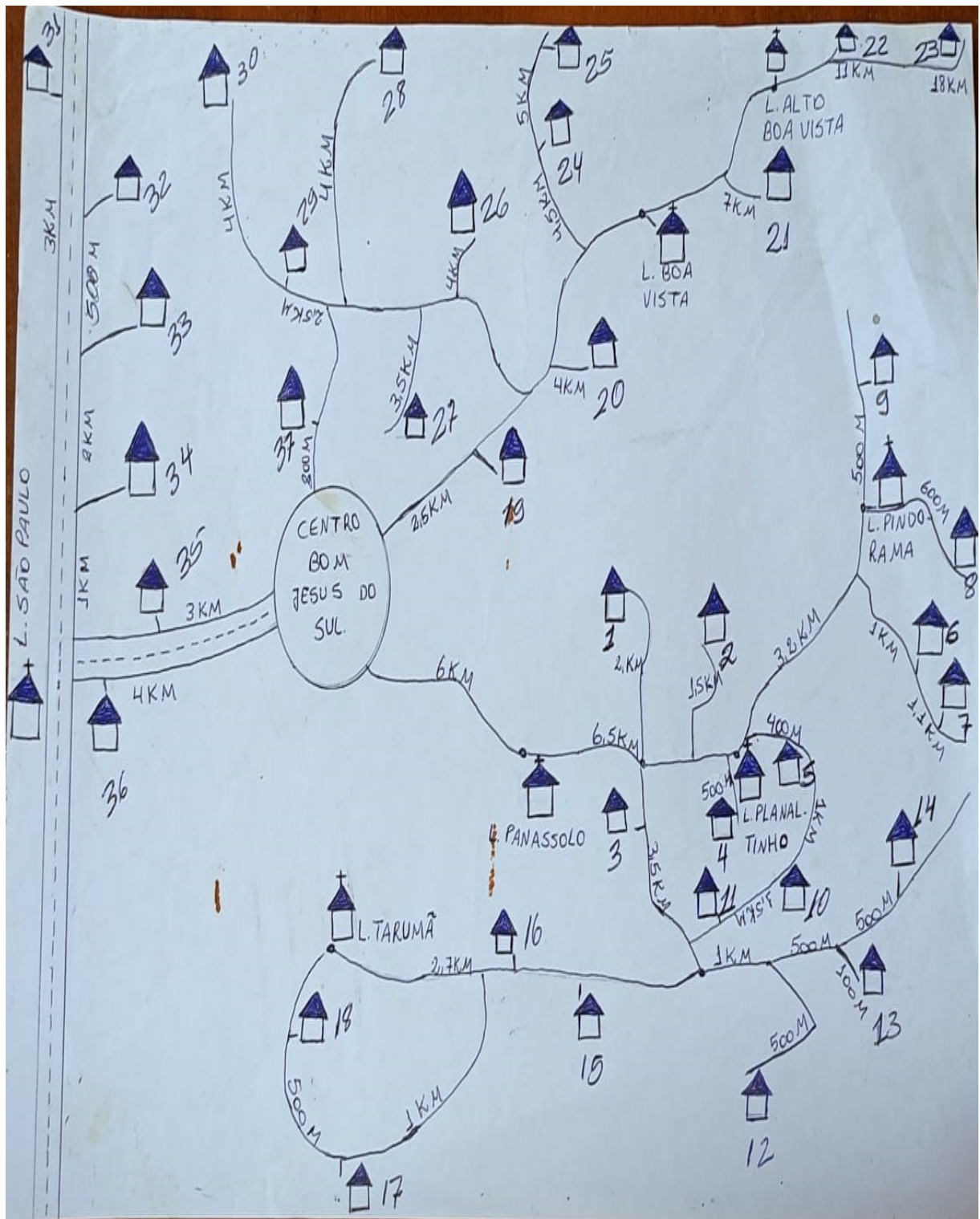
SILVA. Cecília Milanez Graziano da. Dissertação de mestrado com o título: Habitação Rural: Uma luta por cidadania. São Paulo, 2014.

USP, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos
<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>> ,
acesso em: 23/08/2019.

WESENDONCK.Claudia Cristina. ROSSETTI. Andressa Leticia. LUNARDI. Pedro Vione. Análise do Programa Nacional de Habitação Rural em um Pequeno Município do Estado do Rio Grande do Sul.ADM, Gestão Estratégica: Tecnologia e o impacto nas organizações. Ponta Grossa 21 a 25 de setembro de 2015.

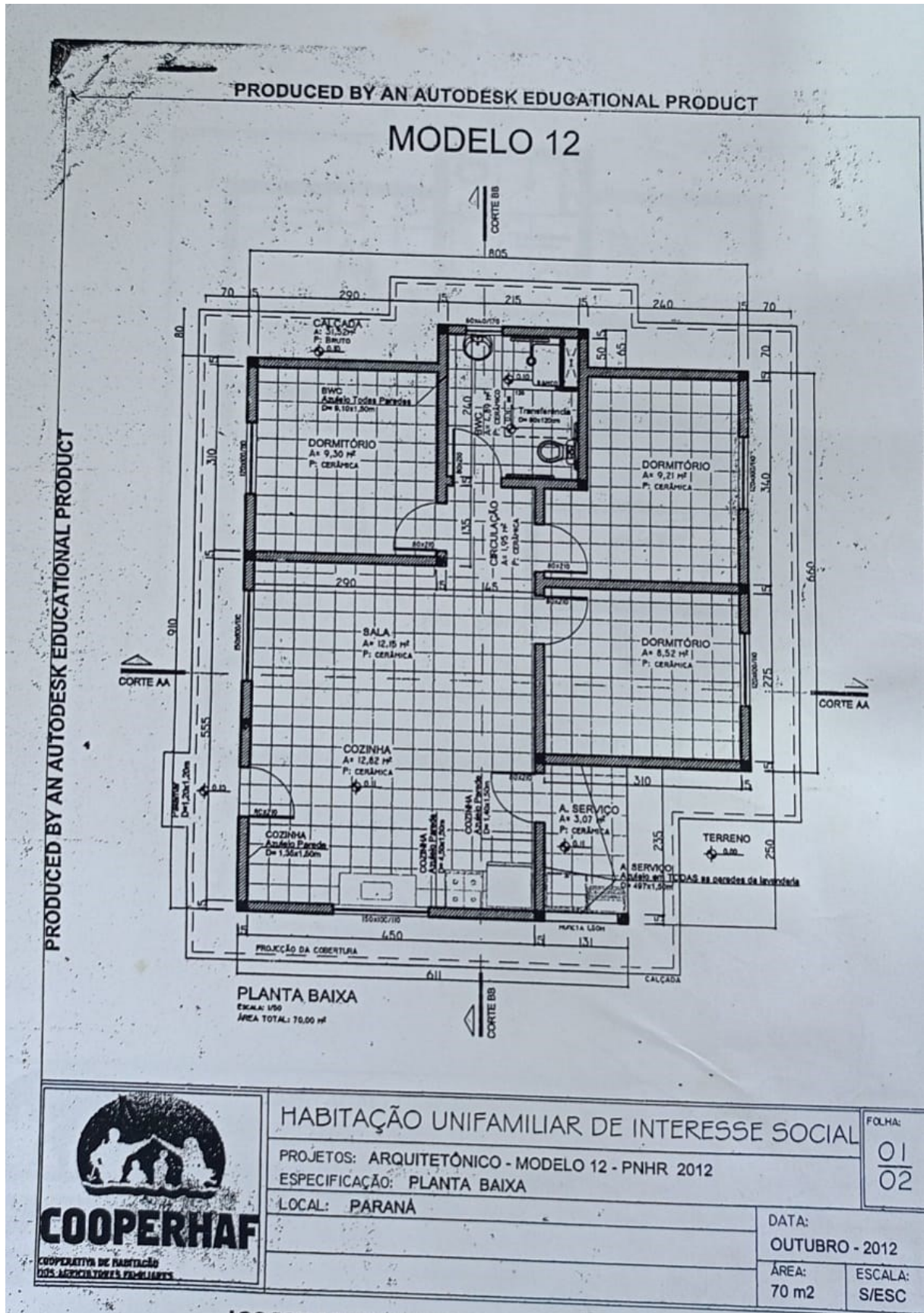
ANEXOS

ANEXO 1 – Mapa com a distribuição das casas PNHR, Elaborado manualmente



Fonte: Arquivo pessoal, 2011

ANEXO 2- PLANTA BAIXA MODELO 12, COM 70 M²



FONTE: COOPERHAF, 2012

Anexo 3 – Questionário do Caderno 2, Projeto Social

Organização, cooperativismo e
associativismo na agricultura familiar

3.3. TRABALHO EM GRUPO

a) quais os principais problemas que você aponta em sua comunidade ou assentamento?

*Reserva legal.
Ter uma negociação com o município
ou governo estadual, na compra dessas reserva
que estão com a documentação irregular,
e ceder aos e vender aos não tem terra.
para plantar*

b) quais organizações da agricultura familiar existem na sua comunidade ou município?

*através associação de agricultor, e o clube de mãe
departamento da agricultura o Siga Emater
Farbom.*

c) que outras organizações da agricultura familiar você conhece?

*Sindicato dos trabalhadores rurais.
de Bom Jesus do Sul.*

Anexo 4 – Questionário do Caderno 2, Projeto Social

Projeto Caprichando a Morada
Caderno 2

d) como o Sindicato da agricultura familiar e suas organizações podem ajudar na solução dos seus problemas?

Organização, esclarecer seus direitos
com reuniões nas comunidades, e dever
de manter a família na agricultura

e) você participa do sindicato e de outras organizações? Quais?
Se não, quais são os motivos?

Sim! Sindicato, a fim de defender
os direitos e deveres nossos. único sindical
que representa a nossa classe trabalhadora
na roça, Sinfra

f) para que você utiliza o sindicato ou a organização da agricultura familiar no seu município?

utilizamos na forma de documentação
auxílio doença, salário maternidade,
aposentadoria.

- Sair mais, verificar + os direitos e deveres
do agricultor, junto o município, governo estadual
e federal, defendendo a classe na agricultura.